

REDAÇÃO



4



SISTEMA
DE ENSINO



REDAÇÃO

Volume 4 - 1ª Edição

Goiânia
AP360° EDUCACIONAL
2019

SUMÁRIO

OS DESAFIOS DE ESTRUTURAR A LINGUAGEM PARA COMPOR UM TEXTO EM SI	7
O REGISTRO DA LÍNGUA PADRÃO FORMAL NA TESSITURA DA REDAÇÃO DO ENEM	8
O Enem quer uma escrita formal.....	9
Dicas gramaticais	10
A ESTRUTURAÇÃO COESIVA NA TESSITURA DA REDAÇÃO DO ENEM	11
Tipos de coesão.....	13
Exercícios de fixação	15
REDAÇÕES NOTA MIL DO ENEM/2014	18
PROPOSTAS DE REDAÇÃO	21
Primeira proposta – ESTILO ENEM: “SURTO DE DENGUE NO BRASIL – REFLEXO DE MÚLTIPLOS DESCASOS”	21
Coletânea complementar: A 'vacina' do planejamento urbano contra a dengue	22
Segunda proposta – ESTILO ENEM: “A SITUAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL”.....	23
Coletânea complementar: O “desenvolvimento” versus os povos indígenas	24
Terceira proposta – ESTILO ENEM: “INTERVENÇÕES ESTÉTICAS A QUALQUER CUSTO – COMO ATRIBUIR RESPONSABILIDADES NUM MUNDO DE APARÊNCIAS IMPOSTAS?”.....	28
Coletânea complementar: O padrão de beleza imposto pela mídia	29
Quarta proposta – ESTILO ENEM: “ARMAR A POPULAÇÃO É O CAMINHO PARA COMBATER A VIOLÊNCIA?”	31
Coletânea complementar: ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA: “NÃO É TODO DIA QUE ELE VAI ATIRAR NO MARGINAL”	32
Quinta proposta – ESTILO VESTIBULARES TRADICIONAIS: A cultura do junk food – a sociedade é refém da má alimentação?.....	34
Sexta proposta – ESTILO VESTIBULARES TRADICIONAIS: O ser contemporâneo – escravo do trabalho e do tempo livre.....	37
Sétima proposta – ESTILO VESTIBULARES TRADICIONAIS: Zelo exagerado versus maus-tratos – qual é o limite para uma relação saudável com animais de estimação?.....	41
Oitava proposta – ESTILO VESTIBULARES TRADICIONAIS: Cultura da ostentação – tenho, logo existo?	44

OS DESAFIOS DE ESTRUTURAR A LINGUAGEM PARA COMPOR UM TEXTO EM SI



Como foi dito na segunda apostila, os critérios de competência adotados pela prova de redação do ENEM podem ser compreendidos em torno de dois grandes grupos: segundo o plano de estruturação da linguagem e o plano de estruturação das ideias. No primeiro caso, reúnem-se a primeira e a quarta competências, que tratam do domínio da norma padrão da língua portuguesa e dos elementos que garantem a coesão textual, respectivamente. Em torno da estruturação das ideias, agrupam-se a segunda competência (por abordar o tema nos limites da dissertação argumentativa); a terceira (por selecionar ideias num diálogo com a coletânea e conhecimento de mundo do aluno, garantindo entre aquelas um encadeamento lógico, coerente); e a quinta competência (pela estruturação de uma proposta de intervenção exequível).

Faz-se necessário, pois, nesta etapa, estabelecer considerações importantes sobre a primeira e a quarta competências, a fim de que sua produção textual seja feita com mais atenção e cuidado. Pensando nesse desafio, leia, a seguir, o poema de Carlos Drummond de Andrade.

A Palavra

Já não quero dicionários
consultados em vão.

Quero só a palavra
que nunca estará neles
nem se pode inventar.

Que resumiria o mundo
e o substituiria.

Mais sol do que o sol,
dentro da qual vivêssemos
todos em comunhão,
mudos,
saboreando-a.

Carlos Drummond de Andrade, in 'A Paixão Medida'

Este poema metalinguístico ilustra o desejo e a angústia do eu lírico de encontrar a justa medida de sua expressão, por meio de uma palavra capaz de validar, com precisão semântica e poder de síntese, o ponto-chave de seu pensamento. Quem não desejaria isto: um texto claro, conciso, que cumpra seu objetivo de comunicar aquilo que é pretendido pelo locutor na esfera de sua interação linguística com o interlocutor? Para alcançá-lo, não basta saber gramática ou o significado de múltiplos vocabulários. A dinâmica da língua é mais complexa do que isso, como ironicamente ressaltou Luis Fernando Veríssimo ao dizer que “a sintaxe é uma questão de uso, não de princípios. Escrever bem é escrever claro, não necessariamente certo. Por exemplo: dizer “escrever claro” não é certo mas é claro, certo?”.

O REGISTRO DA LÍNGUA PADRÃO FORMAL NA TESSITURA DA REDAÇÃO DO ENEM

Relembre as orientações do Guia do Participante da redação do ENEM 2013 referentes à primeira competência exigida pela prova.

A primeira competência a ser avaliada em seu texto é o domínio da modalidade escrita formal da língua.

Você já aprendeu que as pessoas não escrevem e falam do mesmo modo, uma vez que são processos diferentes, cada qual com características próprias. Na escrita formal, por exemplo, deve-se evitar, ao relacionar ideias, o emprego repetido de palavras, como “e”, “ai”, “daí”, “então”, próprias de um uso mais informal.

Por isso, para atender a essa exigência, você precisa ter consciência da distinção entre a modalidade escrita e a oral, bem como entre registro formal e informal.

Outra diferença entre as duas modalidades diz respeito à constituição das frases. No registro informal, elas são muitas vezes fragmentadas, já que os interlocutores podem complementar as informações com o contexto em que a interação ocorre, mas, no registro escrito formal, em que esse contexto não está presente, as informações precisam estar completas nas frases.

A entoação, recurso expressivo importante da oralidade, e as pausas, que conferem coerência ao texto, são muitas vezes marcadas, na escrita, por meio dos sinais de pontuação. Por isso, as regras de pontuação assumem também essa função de organização do texto.

Na redação do seu texto, você deve procurar ser claro, objetivo e direto, empregar um vocabulário mais variado e preciso, diferente do que utiliza quando fala, e seguir as regras estabelecidas pela modalidade escrita formal da Língua Portuguesa. Além disso, o texto dissertativo-argumentativo escrito exige que alguns requisitos básicos sejam atendidos.

Além dos requisitos de ordem textual, como coesão, coerência, sequenciação, informatividade, há outras exigências para o desenvolvimento do texto dissertativo-argumentativo:

- a) ausência de marcas de oralidade e de registro informal;
- b) precisão vocabular;
- c) e obediência às regras de:
 - concordância nominal e verbal;
 - regência nominal e verbal;
 - pontuação;
 - flexão de nomes e verbos;
 - colocação de pronomes oblíquos (átonos e tônicos);
 - grafia das palavras (inclusive acentuação gráfica e emprego de letras maiúsculas e minúsculas);
 - e divisão silábica na mudança de linha (translineação).

Veja, agora, dois artigos do professor Chico Viana, os quais alertam para alguns problemas relacionados a essa competência.

O ENEM QUER UMA ESCRITA FORMAL

Por Chico Viana

Iniciamos esta semana uma série de cinco textos sobre o Enem. Neste primeiro abordaremos a Competência 1, que trata da **modalidade formal escrita da língua**. O exame exige que o candidato escreva de acordo com a norma culta. Isto significa observar a correção gramatical, usar as palavras com precisão e evitar marcas de oralidade (afinal, ninguém escreve como fala).

A partir de 2013 o Enem passou a ser mais rigoroso com as infrações à norma, de modo que é preciso muito cuidado, por exemplo, com a grafia das palavras, os sinais de pontuação e os desvios morfossintáticos. Entre estes últimos, são comuns os problemas com o uso de pronomes e verbos. Veja alguns casos extraídos de redações (entre parênteses aparecem as formas corretas):

- (1) “Portanto, caso seu filho não queira estudar, não **o** dê mesada e o ponha para estudar.” (lhe)
- (2) “As mulheres deixam o lar em busca de empregos bem-remunerados, o que **as trazem** novas responsabilidades.” (lhes traz)
- (3) “**Cabem** aos jovens lutar para mudar essa situação.” (Cabe)
- (4) “Cresce o sentimento de tristeza quando **são renunciados os** prazeres do amor, o companheirismo e a convivência.” (se renuncia aos)
- (5) “Encontrar um parceiro não é fácil. Por isso, em alguns casos o indivíduo procura sair com os amigos em busca de conhecer alguém que seja semelhante **a você**.” (a ele)

Observe que nos casos de (1) a (4) o motivo das falhas é o desconhecimento da concordância ou da regência verbal. Nunca é demais lembrar que as formas “o”, “a”, “os”, “as” substituem objetos diretos; e que a forma “lhe (s)” substitui objeto indireto. Em (5) o problema é outro: mistura de pessoas gramaticais; “o indivíduo” corresponde à terceira, não à segunda pessoa.

Quanto aos verbos, além da concordância e da regência, é importante atentar para a escolha do modo. O indicativo exprime fatos reais; o subjuntivo, fatos prováveis, dependentes. Assim, numa frase como “Talvez você **devia** ser mais delicada”, o imperfeito deve ser substituído por “devesse”.

Outro aspecto importante no emprego dos verbos é a correlação entre os modos e os tempos. O desrespeito a ela quebra o paralelismo; constitui uma falha na morfossintaxe e também prejudica a coesão sequencial. Entre as correlações a ser observadas, destacam-se:

- presente do indicativo – presente do subjuntivo: “**Desejo** que todos **venham** logo”;
- futuro do presente – presente do subjuntivo: “**Passará** desde que **estude**”;
- futuro do pretérito – imperfeito do subjuntivo: “**Passaria** desde que **estudasse**”;
- futuro do subjuntivo – futuro do presente: “Quando o verão **chegar**, **entrarei** na academia”.

A opção pelo registro formal deve-se a que, no texto dissertativo-argumentativo, a ênfase recai nas ideias, no raciocínio, na avaliação objetiva dos fatos. Isso exige sobriedade e correção. O registro informal não se harmoniza com o propósito de defender objetivamente um ponto de vista; chega mesmo a conferir pouca seriedade às opiniões. Veja:

- (6) “É certo ser individualista até certo ponto, pois o mundo é assim. Se uma pessoa não for **desse jeito**, só pensar no bem-estar alheio, é em tudo caracterizada pela doença chamada altruísmo.”
- (7) “Ninguém é perfeito, e perfeição demais **deve ser um saco**.”
- (8) “A linguagem é o instrumento fundamental numa relação, seja oral ou escrita, por isso **você** não vai querer uma pessoa que **diga somente besteira**, para aturar durante anos.”

A informalidade, além de sugerir pouco preparo intelectual, acentua a impressão de ressentimento e intolerância. Tais disposições de ânimo não são próprias de quem pretende argumentar, pois a argumentação pressupõe respeito à opinião dos outros e impõe ao destinatário certa “distância” (daí também não ser aconselhável o uso de “você”).

Deve-se ainda evitar na dissertação a gíria e certos modismos típicos da linguagem oral. Entre as primeiras se incluem verbos como “manjar”, “incrementar”; adjetivos como “barato, maneiro”; expressões como “dar um flagra” e semelhantes. Tais construções fazem sentido para os grupos que as partilham, mas nada dizem a um público mais amplo.

Quanto aos modismos, a seleção de alguns deles dá ideia de como são impróprios num texto formal:

- “De um jeito ou de outro o **bicho do consumismo** vai nos pegar.”
- “Muitas pessoas preferem colocar a ambição acima de tudo e **correr atrás** de seus objetivos.”
- “**Bem**. Sempre fui meio **pé atrás** com os evolucionistas. Como atribuir a traição dos homens a uma necessidade biológica, se as mulheres também traem?”

“Bem”, que aparece no último exemplo, é um marcador típico da linguagem oral. Deve ser evitado, assim como outros marcadores da mesma natureza (hem?, então!..., entende?, certo? etc.) Também se deve evitar a reiteração do sujeito (por um pronome do caso reto), pois ela é própria da oralidade: “A ONG chamada de No Drugs, **ela** vem há alguns anos trabalhando em cima desta causa, e diz que o maior problema é a falta de apoio.”

Chico Viana é professor aposentado da UFPB e doutor em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atuou durante seis anos como elaborador de provas de vestibulares e concursos, e por uma década como pesquisador do Conselho Nacional de Pesquisa. Em 2004 criou o Curso Chico Viana, onde ensina português, literatura brasileira e redação. Publicou quatro livros de crônicas, além de vários ensaios em revistas nacionais e internacionais. www.chicoviana.com

DICAS GRAMATICAIS

Nem sempre escrever certo é escrever bem, mas a correção gramatical constitui um requisito importante

Por Chico Viana

Nem sempre escrever certo é escrever bem, mas a correção gramatical constitui um requisito importante. Quem vai fazer o Enem deve lembrar que esse exame, a partir de 2013, passou a ser mais rigoroso com as infrações à norma culta. Diante disso, é preciso ficar atento.

As passagens abaixo, retiradas de redações dos nossos alunos, mostram alguns erros gramaticais frequentes. Conhecê-los e, sobretudo, compreender por que eles constituem infrações à norma ajuda a evitá-los:

1 – “O senhor afirma que pessoas **melhores** educadas estão em contato com teorias evolucionistas”.

Nessa passagem ocorre a flexão inadequada do vocábulo “melhor”, que no contexto da frase é advérbio (invariável) e não adjetivo. A troca de uma classe por outra muda o sentido, como se vê nesta passagem de uma redação sobre o consumismo: “Por que ao gastarmos nos sentimos **melhores**?”.

Há diferença entre “nos sentimos melhores” (mais bons) e “nos sentimos melhor” (mais bem). Não é verdade que, por consumir demais, os indivíduos se sintam superiores. Mas eles poderão, claro, se sentir **melhor**.

Vale observar que o emprego de “melhor” na primeira frase ainda não seria adequado, pois antes de adjetivos e participios se usa “mais bem”. O correto, pois, é “pessoas **mais bem** educadas”.

2 – “O que os diferencia os judeus do restante das pessoas é a reverência obsessiva pelo conhecimento, o que os **fazem** ser conhecidos como povo do livro”.

Há nessa passagem uma falha na concordância verbal. A expressão “o que”, equivalente a “isso”, ou “tudo isso”, refere-se a todo o conteúdo anterior e leva o verbo para o singular. Esse tipo de erro tende a ser mais frequente quando após “o que” aparece um pronome oblíquo (no caso, “os”). O aluno o interpreta como sujeito e faz, erroneamente, o verbo concordar com ele. Mas o certo é: “o que os **faz** ser conhecidos».

3 – “**Tratam-se** de pessoas que não têm consciência política.» «A adolescência **trata-se** de um período conturbado na vida de qualquer pessoa”.

Esse tipo de construção tem sujeito indeterminado. Logo, não se deve flexionar o verbo. Conforme observa o Houaiss, “no caso do sintagma ‘tratar-se de’, o verbo fica sempre na 3ª pessoa do singular: ‘trata-se de obras’; ‘tratava-se de obras’, ‘tratar-se-á nesta aula dos símbolos’ etc.”.

A indeterminação também explica por que não está correto o segundo exemplo; o termo “adolescência”, que constitui uma espécie de tópico, não pode ser considerado sujeito e termina “sobrando”. Além disso, a chamada topicalização, comum na fala, deve ser evitada no registro formal da língua (ver, a propósito, nossa postagem “O Enem quer uma escrita formal”).

4 – “Muitas pessoas perdem grandes oportunidades por se expressarem mal, **seja** na escrita, **como** na oralidade”.

Nessa frase há um cruzamento entre os membros dos pares correlativos “seja... seja” e “tanto... como”. O primeiro par tem valor alternativo; o segundo, valor aditivo. Misturá-los, como o aluno fez, compromete o nexo da sentença.

Na correção pode-se optar por qualquer um dos pares, desde que haja correlação entre os componentes: “Muitas pessoas perdem grandes oportunidades por se expressarem mal, **seja** na escrita, **seja** na oralidade.» Ou: «...**tanto** na escrita, **como** na oralidade”.

5 – “Haroldo buscava encobrir seus defeitos, pois o fato de servir de troça aos demais era muito constrangedor **para si**”.

As formas “si” e “consigo” são reflexivas, ou seja, referem-se ao sujeito da oração. O uso da forma “para si” dá a entender que servir de troça era constrangedor para o fato – e não para Haroldo. O aluno deveria ter escrito: “pois o fato de servir de troça aos demais era muito constrangedor **para ele**”.

6 – “Formamos uma sociedade em que a **baixa-estima** e o menosprezo se tornaram muito frequentes”.

Não existe o composto “baixa-estima”, mas sim a locução “baixa estima”. O que cabe na construção do aluno não é uma coisa nem outra; ele quis se referir a uma sociedade com “baixa autoestima”.

O erro vem da confusão entre o prefixo “auto” e o adjetivo “alto”, cujo oposto é “baixo”. Esse engano leva o estudante a pensar que o contrário de “autoestima” é “baixa-estima” (a antiga grafia de “autoestima”, com hífen, induzia mais ainda à confusão).

7 – “O sucesso deve necessariamente acompanhar a felicidade. **Caso o contrário**, seremos sempre infelizes”.

O correto é “caso contrário”, locução que significa “a não ser assim”, “do contrário”, “senão”. A ideia de que existe uma forma verbal elíptica antes do substantivo (“Caso aconteça o contrário”, por exemplo) faz erroneamente aparecer o artigo.

Chico Viana é professor aposentado da UFPB e doutor em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atuou durante seis anos como elaborador de provas de vestibulares e concursos, e por uma década como pesquisador do Conselho Nacional de Pesquisa. Em 2004 criou o Curso Chico Viana, onde ensina português, literatura brasileira e redação. Publicou quatro livros de crônicas, além de vários ensaios em revistas nacionais e internacionais. www.chicoviana.com



A ESTRUTURAÇÃO COESIVA NA TESSITURA DA REDAÇÃO DO ENEM

Conforme orientações do Guia do Participante da redação do ENEM 2013:

Os aspectos a serem avaliados na Quarta Competência dizem respeito à estruturação lógica e formal entre as partes da redação. A organização textual exige que as frases e os parágrafos estabeleçam entre si uma relação que garanta a sequenciação coerente do texto e a interdependência entre as ideias. Esse encadeamento pode ser expresso por conjunções, por determinadas palavras, ou pode ser inferido a partir da articulação dessas ideias. Preposições, conjunções, advérbios e locuções adverbiais são responsáveis pela coesão do texto, porque estabelecem uma inter-relação entre orações, frases e parágrafos. Cada parágrafo será composto de um ou mais períodos também articulados; cada ideia nova precisa estabelecer relação com as anteriores.

Assim, na produção da sua redação, você deve utilizar variados recursos linguísticos que garantam as relações de continuidade essenciais à elaboração de um texto coeso. Na avaliação desta Competência, será considerado o seguinte aspecto:

ENCADEAMENTO TEXTUAL

Para garantir a coesão textual, devem ser observados determinados princípios em diferentes níveis:

Estruturação dos parágrafos – um parágrafo é uma unidade textual formada por uma ideia principal à qual se ligam ideias secundárias. No texto dissertativo-argumentativo, os parágrafos podem ser desenvolvidos por comparação, por causa-consequência, por exemplificação, por detalhamento, entre outras possibilidades. Deve haver uma articulação entre um parágrafo e outro.

Estruturação dos períodos – pela própria especificidade da dissertação argumentativa, os períodos do texto são, normalmente, estruturados de modo complexo, formados por duas ou mais orações, para que se possa expressar as ideias de causa-consequência, contradição, temporalidade, comparação, conclusão, entre outras.

Referenciação – as referências a pessoas, coisas, lugares e fatos são introduzidas e, depois, retomadas, à medida que o texto vai progredindo. Esse processo pode ser expresso por pronomes, advérbios, artigos ou vocábulos de base lexical, estabelecendo relações de sinonímia, antonímia, hiponímia, hiperonímia, uso de expressões resumitivas, expressões metafóricas ou expressões metadiscursivas.

RECOMENDAÇÕES

Procure utilizar as seguintes estratégias de coesão para se referir a elementos que já apareceram no texto:

- a) substituição de termos ou expressões por pronomes pessoais, possessivos e demonstrativos, advérbios que indiquem localização, artigos;
- b) substituição de termos ou expressões por sinônimos, antônimos, hipônimos, hiperônimos, expressões resumitivas ou expressões metafóricas;
- c) substituição de substantivos, verbos, períodos ou fragmentos do texto por conectivos ou expressões que resumam e retomem o que já foi dito;
- d) e elipse ou omissão de elementos que já tenham sido citados ou sejam facilmente identificáveis.

Resumindo: na elaboração da redação, você deve evitar: frases fragmentadas que comprometam a estrutura lógico-gramatical; sequência justaposta de ideias sem encaixamentos sintáticos, reproduzindo usos típicos da oralidade; frase com apenas oração subordinada, sem oração principal; emprego equivocado do conector (preposição, conjunção, pronome relativo, alguns advérbios e locuções adverbiais) que não estabeleça relação lógica entre dois trechos do texto e prejudique a compreensão da mensagem; emprego do pronome relativo sem a preposição, quando obrigatória; e repetição ou substituição inadequada de palavras sem se valer dos recursos oferecidos pela língua (pronome, advérbio, artigo, sinônimo).

Segundo a linguista Ingedore Villaça Koch, “por coesão entende-se a ligação, a relação, os nexos que se estabelecem entre os elementos que constituem a superfície textual. Ela é explicitamente revelada através de marcas linguísticas e manifesta-se na organização sequencial do texto. É sintática, gramatical, mas, também, semântica, pois, em muitos casos, os mecanismos coesivos se baseiam numa relação entre os significados de elementos da superfície do texto, como na chamada coesão referencial”.

Vale lembrar que há, basicamente, dois tipos de coesão: referencial (que retoma, numa sequência B, um elemento da sequência A, por exemplo) e sequencial (que permite a continuidade de ideias). Em ambos os casos, contribui-se para que as partes do texto mantenham unidade, nexos, por articularem-se entre si.

TIPOS DE COESÃO

FONTE: CARNEIRO, Agostinho Dias. Redação em construção. São Paulo: Moderna, 2001.

COESÃO REFERENCIAL	1. Substituição de um elemento por outro.	1.1 Formas pronominais	a) Pronomes pessoais de terceira pessoa	<i>O aluno saiu, mas ele e sua mãe voltaram logo.</i>
			b) Pronomes substantivos indefinidos	<i>João e Pedro estavam lá, mas nenhum falou nada.</i>
			c) Pronomes substantivos possessivos	<i>Luciana comprou uma saia, mas preferiu usar a minha.</i>
			d) Pronomes substantivos demonstrativos	<i>Ele viu o tênis branco, mas comprou este.</i>
			e) Pronomes substantivos interrogativos	<i>Maria, Roberta e Fernanda falaram, mas qual disse a verdade?</i>
			f) Pronomes substantivos relativos	<i>O livro que trouxe é menos interessante.</i>
			g) Pronomes adverbiais	<i>Foi à Europa e lá foi feliz.</i>
	1.2 Formas verbais	Os verbos são empregados em referência a todo o predicado e não apenas ao verbo.	<i>O cantor apresentou dois números e o mímico fez o mesmo.</i>	
	1.3 Formas adverbiais		<i>Saiu duas vezes e o outro, nunca.</i>	
	1.4 Formas numerais		<i>Juliana e Rafael saíram, mas os dois se desentenderam. / Comprou vários presentes; o primeiro, uma bicicleta. / Fiz dez exercícios, mas o meu professor pediu o dobro. / Havia dez laranjas e ele comeu um terço delas.</i>	

COESÃO REFERENCIAL	2. Reiteração de elementos do texto	2.1 Repetições do mesmo termo	a) De forma idêntica	<i>Comprou a casa, mas viu que a casa não tinha porta.</i>
			b) Com um novo determinante	<i>Comprou a casa, mas essa casa lhe trouxe problemas.</i>
			c) De forma abreviada	<i>Fernando Henrique Cardoso não governou bem o país e por isso FHC é malvisto no país.</i>
			d) De forma ampliada	<i>Lula será novamente candidato, mas Luís Inácio Lula da Silva não está entre os primeiros nas pesquisas.</i>
			e) Por forma cognata	<i>Trabalhar é bom e o trabalho enriquece.</i>
		2.2 Sinônimos ou quase-sinônimos	a) Hipônimos	<i>Comprou flores e duas as rosas para a namorada.</i>
			b) Hiperônimos	<i>Vinha um ônibus, mas o pedestre não viu o veículo.</i>
			c) Nomes genéricos	<i>Comprou cadernos, lápis e outras coisas.</i>
			d) Termos simbólicos	<i>Tinha dúvidas sobre ir ou não à igreja, mas o apelo da cruz foi mais forte.</i>
			2.4 Expressões nominais definidas	

COESÃO RECORRENTE	Caracteriza-se pela repetição de algum tipo de elemento anterior que não funciona, a exemplo do caso da coesão referencial, como uma alusão ao mesmo referente, mas como uma "recordação" de um mesmo padrão. Ela pode aparecer de várias formas.	a) Recorrência de termos	<i>Suzana corria, corria, corria...</i>
		b) Paralelismo (recorrência da mesma estrutura sintática)	<i>Bom mesmo é ter sempre livros na estante, redes na varanda e flores no jardim.</i>
		c) Paráfrase (recorrência de conteúdos semânticos, marcada por expressões introdutórias como <i>isto é, quer dizer, ou seja</i> , etc.)	<i>Ele não compareceu, ou seja, sumiu.</i>
		d) Recursos fonológicos (rimas)	<i>Os males do Brasil são a corrupção, a falta de educação e o Fernandão!</i>
COESÃO SEQUENCIAL	Refere-se ao desenvolvimento textual propriamente dito, ora por procedimentos de manutenção temática, com o emprego de termos pertencentes ao mesmo campo semântico, ora por meio de processos de progressão temática, que podem realizar-se por meio da satisfação de compromissos textuais anteriores ou por meio de novos acréscimos ao texto.	a) Condicionalidade	<i>Se chover, não haverá churrasco.</i>
		b) Causalidade	<i>Todos foram de casaco porque estava fazendo frio.</i>
		c) Implicação lógica	<i>Só há um meio de passar no vestibular: estudando.</i>
		d) Explicação ou justificativa	<i>Todos chegaram na hora marcada, pois o trânsito estava bom.</i>
		e) Conjunção	<i>Cheguei na hora marcada. E comigo vieram meus primos.</i>

Relembre, no quadro abaixo, alguns conectivos que auxiliam na coesão do texto.

- **Preposições:** a, de, para, com, contra, perante, por, etc.
- **Conjunções:** que, para que, quando, enquanto, embora, mas, portanto, pois, e, ou, etc.
- **Pronomes:** ele, ela, seu, sua, este, esse, aquele, que, o qual, lhe, onde, etc.
- **Advérbios e locuções adverbiais:** aqui, aí, lá, assim, abaixo, adiante, fora, mais, menos, agora, logo, antes, por certo, de fato, com efeito, desse modo, dessa maneira, aos poucos, etc.
- **Palavras denotativas:** apenas, eis, é que, lá, ainda, só, então, afinal, também, até, mesmo, inclusive, menos, exceto, fora, salvo, senão, sequer, etc.

É bom lembrar alguns cuidados que se deve ter com o uso de alguns elementos coesivos. Observe atentamente o próximo quadro.

1. Aliás, além do mais, além de tudo, além disso: acrescentam o argumento final, decisivo.
"Eduardo é um bom rapaz, aliás, muito aplicado. Além disso, não bebe, não fuma, não faz nada irreprensível."
2. Embora, ainda que, mesmo que: estabelecem relação de concessão e contradição; admitem argumento contrário, mas têm força para negá-lo e vencê-lo.
"Embora seja teimoso demais, o Popó tem bom coração."
3. Ainda, afinal, por fim: introduzem mais um argumento por determinada conclusão ou incluem mais um elemento no conjunto.
"Disse, ainda, que assim não vai dar."
4. E, nem, como, quanto (depois de tanto), como também, mas também : estabelecem relação de soma aos dois termos ou às duas orações, acrescentam novo dado, algo mais como desenvolvimento da argumentação.
"A patroa é autoritária e trata os auxiliares com dureza."
5. Assim, logo, portanto, pois, por isso, desse modo, dessa forma: exemplificam e complementam a argumentação; confirma com mais força o que já foi dito.
"Trabalhar não vale a pena. Assim, é melhor ser político."
6. Isto é, ou seja, quer dizer, em outras palavras: anunciam retificações, esclarecimentos, retificações ou evolução ao já exposto.
"Escreva um bom texto, isto é, claro, coeso e coerente."
7. Mas, porém, contudo, todavia, entretanto, senão, no entanto, ao passo que, não obstante, apesar disso: estabelecem oposição entre dois enunciados ou dois segmentos do texto.
"Estudava muito, porém não passou no vestibular."
8. Até, mesmo, até mesmo; ao menos, pelo menos, no mínimo: estabelecem gradação entre os elementos de uma escala.
"O suarento deputado exigiu no mínimo dez por cento."

Quadro baseado na relação do livro Para Entender o Texto, de Platão & Fiorin, Editora Ática, 3ª edição, 1991, capítulo "Coesão Textual II".

F EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01 | UERJ

Leia o texto.

A inteligência do herói estava muito perturbada. Acordou com os berros da bicharia lá em baixo nas ruas, disparando entre as malocas temíveis. E aquele diacho de sagui-açu (...) não era saguim não, chamava elevador e era uma máquina. De-manhãzinha ensinaram que todos aqueles piados berros cuquiadas sopros roncoss esturros não eram nada disso não, eram mas cláxons campainhas apitos buzinas e tudo era máquina. As onças pardas não eram onças pardas, se chamavam fordes hupmobiles chevrolés dodges mármons e eram máquinas. Os tamanduás os boitatás as inajás de curuatás de fumo, em vez eram caminhões bondes autobondes anúncios-luminosos relógios faróis rádios motocicletas telefones gorjetas postes chaminés... Eram máquinas e tudo na cidade era só máquina! O herói aprendendo calado. De vez em quando estremezia. Voltava a ficar imóvel escutando assuntando maquinando numa cisma assombrada. Tomou-o um respeito cheio de inveja por essa deusa de deveras forçada, Tupã famanado que os filhos da mandioca chamavam de Máquina, mais cantadeira que a Mãe-d'água, em bulhas de sarapantar.

Então resolveu ir brincar com a Máquina pra ser também imperador dos filhos da mandioca. Mas as três cunhãs deram muitas risadas e falaram que isso de deuses era gorda mentira antiga, que não tinha deus não e que com a máquina ninguém não brinca porque ela mata. A máquina não era deus não, nem possuía os distintivos femininos de que o herói gostava tanto. Era feita pelos homens. Se mexia com eletricidade com fogo com água com vento com fumo, os homens aproveitando as forças da natureza. Porém jacaré acreditou? nem o herói!

(...)

Macunaíma passou então uma semana sem comer nem brincar só maquinando nas brigas sem vitória dos filhos da mandioca com a Máquina. A Máquina era que matava os homens porém os homens é que mandavam na Máquina... Constatou pasmo que os filhos da mandioca eram donos sem mistério e sem força da máquina sem mistério sem querer sem fastio, incapaz de explicar as infelicidades por si. Estava nostálgico assim. Até que uma noite, suspenso no terraço dum arranha-céu com os manos, Macunaíma concluiu:

– Os filhos da mandioca não ganham da máquina nem ela ganha deles nesta luta. Há empate.

(...)

ANDRADE, Mário de. Macunaíma, o herói sem nenhum caráter. Belo Horizonte: Itatiaia, 1986.

Alguns vocábulos possuem a propriedade de retomar integralmente uma ideia já apresentada antes. Essa propriedade é observada no vocábulo grifado em:

- A** “Acordou com os berros da bicharia lá em baixo”.
- B** “Tomou-o um respeito cheio de inveja”.
- C** “Então resolveu ir brincar com a Máquina”.
- D** “Estava nostálgico assim”.

02 | CEDERJ

Leia atentamente o texto.

As palavras e as coisas

Guimarães Rosa, possivelmente o maior escritor brasileiro depois de Machado de Assis, dizia que seu sonho era escrever um dicionário.

Ignoro se Rosa gostava de futebol (até onde eu sei, nunca escreveu nada a respeito), mas certamente ele se encantaria com a riqueza vocabular associada ao esporte mais popular do mundo.

Poliglota, cultor dos neologismos formados a partir de diversos idiomas, o autor de “Sagarana” devia se deliciar com as palavras de origem inglesa aclimatadas ao português do Brasil por obra e graça do jogo da bola.

É certo que alguns desses termos ingleses caíram em desuso. É o caso de “off-side” (substituído por “impedimento”), “hands” (“toque” ou “mão”), “centerforward” (“centroavante”) etc.

Outros, entretanto, foram devidamente brasileiros e incorporados de tal maneira ao nosso idioma que raramente lembramos de sua origem: “chute” (versão de “shoot”), “beque” (de “back”), “pênalti” (de “penalty”) etc., sem falar no próprio “futebol” (“football”).

Há ainda as palavras inglesas que mantiveram uma vigência praticamente apenas regional, como “córner”, ainda muito usada no Rio de Janeiro, mas substituída no resto do país por “escanteio”, “tiro de canto” ou somente “canto”.

Rosa, se acompanhasse o futebol, se deliciaria com a variedade de metáforas produzidas para dar conta do que acontece dentro das quatro linhas.

Há, por exemplo, o recurso a uma infinidade de objetos cujo formato ou movimento lembra o de certas jogadas: carrinho, chapéu, bicicleta, janelinha (expressão gaúcha para bola entre as pernas), ponte. Mas o ramo mais bonito, do ponto de vista de um escritor, deve ser o das metáforas extraídas da natureza: meia-lua, frango, peixinho, folha seca.

Ao criar uma jogada dessas – como Didi, que “inventou” a folha seca –, ou executá-la com perfeição, um craque faz poesia pura, rivalizando com Deus e nomeando as coisas como se estivesse no primeiro dia da Criação.

Guimarães Rosa, infelizmente, não produziu seu sonhado dicionário.

Nunca saberemos, portanto, se o homem que criou a saga fantástica de Riobaldo e Diadorim sabia o significado, dentro do campo de futebol, de uma chaleira, um lençol, um chaveirinho ou um corta-luz. (...)

COUTO, José Geraldo, Folha de São Paulo, 17/07/02.

Um dos recursos de coesão textual é o uso de vocábulos sinônimos ou quase sinônimos, a fim de evitar a repetição literal de um termo. No texto, ao utilizar essa estratégia, o autor substituiu a palavra “futebol” por:

- A esporte;
- B jogo da bola;
- C quatro linhas;
- D campo de futebol;
- E jogada.

03| UFF Atente-se ao conteúdo do próximo texto.

Qual será o futuro das cidades?

As megacidades vão mudar de endereço no próximo milênio.

Na periferia da globalização, as metrópoles subdesenvolvidas concentrarão não apenas população, mas também miséria. Crescendo num ritmo veloz, dificilmente conseguirão dar a tantas pessoas habitação, transportes e saneamento básico adequados. Mas não serão as únicas a enfrentar esses problemas. Mesmo metrópoles do topo da hierarquia global, como Nova York, já sofrem com congestionamentos, poluição e

violência. Independentemente de tamanho ou localização, as cidades vão enfrentar ao menos um desafio comum: o aumento da tensão urbana provocado pela crescente desigualdade entre seus moradores. Não há mágica tecnológica à vista capaz de resolver as dificuldades. Os urbanistas apontam o planejamento como antídoto para o caos. Os governos precisam apostar em parcerias com a iniciativa privada e a sociedade civil. Será necessário coordenar ações locais e iniciativas conjuntas entre cidades de uma mesma região.

Caderno Especial, Folha de São Paulo, p.1, 02/5/1999.

A coesão referencial pode ser realizada por meio de formas cujo lexema (radical) forneça instrução de sentido que represente uma interpretação de partes antecedentes do texto. Exemplo: Imagina-se que, no futuro, haverá aumento das tensões urbanas. Essa hipótese tem preocupado os cientistas sociais.

Transcreva, do texto acima, apenas a expressão que, na coesão referencial, exerce papel semelhante à do trecho sublinhado no exemplo acima.

04| ENEM Gripado, penso entre espirros em como a palavra gripe nos chegou após uma série de contágios entre línguas. Partiu da Itália em 1743 a epidemia de gripe que disseminou pela Europa, além do vírus propriamente dito, dois vocábulos virais: o italiano influenza e o francês grippe. O primeiro era um termo derivado do latim medieval *influentia*, que significava “influência dos astros sobre os homens”. O segundo era apenas a forma nominal do verbo *gripper*, isto é, “agarrar”. Supõe-se que fizesse referência ao modo violento como o vírus se apossa do organismo infectado.

RODRIGUES. S. Sobre palavras. Veja, São Paulo, 30 nov. 2011.

Para se entender o trecho como uma unidade de sentido, é preciso que o leitor reconheça a ligação entre seus elementos. Nesse texto, a coesão é construída predominantemente pela retomada de um termo por outro e pelo uso da elipse. O fragmento do texto em que há coesão por elipse do sujeito é:

- A “[...] a palavra gripe nos chegou após uma série de contágios entre línguas.”
- B “Partiu da Itália em 1743 a epidemia de gripe [...]”.
- C “O primeiro era um termo derivado do latim medieval *influentia*, que significava ‘influência dos astros sobre os homens’.”
- D “O segundo era apenas a forma nominal do verbo *gripper* [...]”.
- E “Supõe-se que fizesse referência ao modo violento como o vírus se apossa do organismo infectado.”

05 | ENEM Cultivar um estilo de vida saudável é extremamente importante para diminuir o risco de infarto, mas também de problemas como morte súbita e derrame. Significa que manter uma alimentação saudável e praticar atividade física regularmente já reduz, por si só, as chances de desenvolver vários problemas. Além disso, é importante para o controle da pressão arterial, dos níveis de colesterol e de glicose no sangue. Também ajuda a diminuir o estresse e aumentar a capacidade física, fatores que, somados, reduzem as chances de infarto. Exercitar-se, nesses casos, com acompanhamento médico e moderação, é altamente recomendável.

ATALIA, M. Nossa vida. Época. 23 mar. 2009.

As ideias veiculadas no texto se organizam estabelecendo relações que atuam na construção do sentido. A esse respeito, identifica-se, no fragmento, que

- A** a expressão “Além disso” marca uma sequenciação de ideias.
- B** o conectivo “mas também” inicia oração que exprime ideia de contraste.
- C** o termo “como”, em “como morte súbita e derrame”, introduz uma generalização.
- D** o termo “Também” exprime uma justificativa.
- E** o termo “fatores” retoma coesivamente “níveis de colesterol e de glicose no sangue”.

06 | Os trechos transcritos a seguir são de redações que apresentam problemas de escrita relacionados, especialmente, às competências um e quatro da prova de redação do ENEM. Trata-se de temas simulados, aleatórios, e não de provas oficiais desse vestibular. Sua tarefa será a de reescrever tais excertos, adequando-os ao que é exigido nessas competências, a fim de torná-los mais bem estruturados.

A Vivemos em um mundo de 7 bilhões de habitantes em que, 815 milhões estão em situação de miséria e precariedade. A fome no mundo é uma situação que traz estatísticas alarmantes onde aquele que vive em total miséria, por falta de projetos e movimentos socioeconômicos tende a continuar a mercê de sua própria sorte. Qual motivo é em um mundo onde 1,3 bilhões de toneladas de alimento e descartado de maneira irracional, enquanto milhares de pessoas estão vivendo abaixo de uma vida digna a um ser-humano?

B No Brasil cerca de 34 milhões de pessoas passam fome, segundo o IBGE. Quais fatores fazem com que isso aconteça no país que é, segundo a FAO, o quarto maior produtor de alimento do mundo?

Um dos fatores é a grande concentração de terra na mão de uma pequena parte da população, os

latifúndios. Que, por consequência do capitalismo, grande parte de sua produção é para a exportação.

- C** Na sociedade contemporânea onde vivemos há diversas leis, como sempre houve. Mais hoje em dia há uma lei onde defende os direitos das mulheres. Mais aí vem aquela dúvida, será que todos seguem? Há vários casos onde mulheres ou até mesmo crianças e adolescentes são vítimas de estupro e de espancamento e se calam pois tem medo de procurar uma delegacia de mulher.
- D** Apesar do Brasil possuir, segundo dados do IBGE 2010, 45,6 milhões de pessoas que apresentam algum tipo de deficiência as políticas ligadas a essas pessoas que tentam integrar-se na sociedade ainda são pouco eficientes.

Para tornar a sociedade mais acessível às pessoas deficientes é preciso que as empresas públicas e privadas estimulem seus funcionários a aprenderem a língua de sinais e necessário, também, que as escolas ensinem libras aos alunos e que o número de professores interpretes e de apoio para pessoas com deficiência intelectual sejam aumentados, tudo isso com estímulos fiscais do Estado.

E A política é de extrema importância para a sustentação das bases sociais. Por ela, se estabelece relações de poder, onde o líder do Governo intervém de forma direta ou indireta no bem comum. Pelo princípio da representatividade, criou-se a ideia que o Estado com bases liberais é um órgão político imparcial, que dirige e representa a sociedade pelo poder delegado. Assim, o homem se tornou alienado e por instantes esqueceu que sua contribuição nas participações políticas são essenciais.

F A política tem sido no Brasil de maneira vergonhosa transformada em sinônimo de roubo, malandragem e falta de compromisso para com a população, fugindo completamente do seu real significado que é a administração de nações ou estados, visando o bem coletivo, ou seja, o bem do homem, como citou Aristóteles em um de seus textos.

G Enquanto a população de vários países lutam para conquistar o direito de votar em seus representantes na direção de suas pátrias, o Brasil tem índices cada vez maiores de pessoas que votam nulo, branco ou em quem pagar melhor pelo seu voto, estes, na verdade, são completos analfabetos políticos, como diria Bertolt Brecht não tendo noção de que essa pequena ação pode contribuir para um “governo pilantra”, que não tem o objetivo de fazer o bem para com a população, e sim ter lucro para si, fazendo desvio de verbas, caixa dois, entre outras pilantragens.

REDAÇÕES NOTA MIL DO ENEM/2014

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **Publicidade infantil em questão no Brasil**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto I

A aprovação, em abril de 2014, de uma resolução que considera abusiva a publicidade infantil, emitida pelo Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), deu início a um verdadeiro cabo de guerra envolvendo ONGs de defesa dos direitos das crianças e setores interessados na continuidade das propagandas dirigidas a esse público.

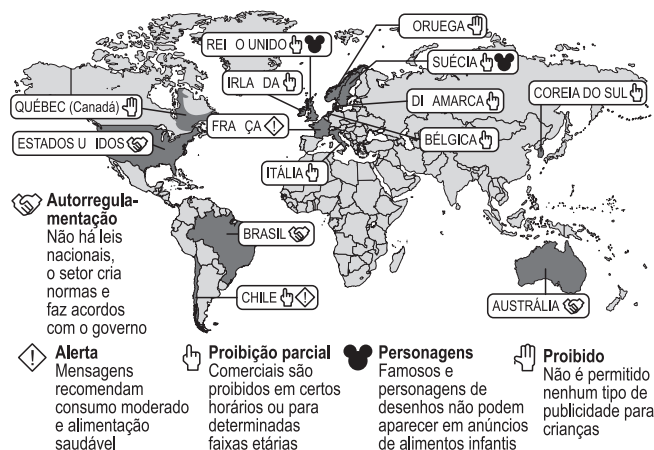
Elogiada por pais, ativistas e entidades, a resolução estabelece como abusiva toda propaganda dirigida à criança que tem “a intenção de persuadi-la para o consumo de qualquer produto ou serviço e que utilize aspectos como desenhos animados, bonecos, linguagem infantil, trilhas sonoras com temas infantis, oferta de prêmios, brindes ou artigos colecionáveis que tenham apelo às crianças.

Ainda há dúvidas, porém, sobre como será a aplicação prática da resolução. E associações de anunciantes, emissoras, revistas e de empresas de licenciamento e fabricantes de produtos infantis criticam a medida e dizem não reconhecer a legitimidade constitucional do Conanda para legislar sobre publicidade e para impor a resolução tanto às famílias quanto ao mercado publicitário. Além disso, defendem que a autorregulamentação pelo Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar) já seria uma forma de controlar e evitar abusos.

IDOETA, P. A.; BARBA, M. D. A publicidade infantil deve ser proibida? Disponível em: www.bbc.co.uk. Acesso em: 23 maio 2014 (adaptado).

Texto II

A PUBLICIDADE PARA CRIANÇAS NO MUNDO



Fontes: OMS e Conar/2013 Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 24 jun. 2014 (adaptado).

Texto III

Precisamos preparar a criança, desde pequena, para receber as informações do mundo exterior, para compreender o que está por trás da divulgação de produtos. Só assim ela se tornará o consumidor do futuro, aquele capaz de saber o que, como e por que comprar, ciente de suas reais necessidades e consciente de suas responsabilidades consigo mesma e com o mundo.

SILVA, A. M. D.; VASCONCELOS, L. R. A criança e o marketing: informações essenciais para proteger as crianças dos apelos do marketing infantil. São Paulo: Summus, 2012 (adaptado).

INSTRUÇÕES

- O **rascunho** da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O **texto definitivo** deve ser escrito **à tinta**, na **folha própria**, em até **30 linhas**.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:

- Tiver menos de 7 linhas escritas, sendo considerada “insuficiente”.
- Fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo
- Apresentar proposta de intervenção que desrespeite aos direitos humanos.
- Apresentar parte do texto deliberadamente desconectada com o tema proposto.

- **Leia as redações abaixo, pontuadas com nota mil pela banca corretora do ENEM. Elas servirão para uma discussão, em sala, das competências e habilidades exigidas por esse processo seletivo.**

Texto 1

Criança: futuro consumidor

A propaganda é a principal arma das grandes empresas. Disseminada em todos os meios de comunicação, a ampla visibilidade publicitária atinge seu principal objetivo: expor um produto e explicar sua respectiva função. No entanto, essa mesma função é distorcida por anúncios apelativos, que transformam em sinônimos o prazer e a compra, atingindo principalmente as crianças.

As habilidades publicitárias são poderosas. O uso de ídolos infantis, desenhos animados e trilhas sonoras induzem a criança a relacionar seus gostos a vários produtos. Dessa maneira, as indústrias acabam compartilhando seus espaços; como exemplo as bonecas Monster High fazendo propaganda para o fast food Mc Donalds. A falta de discussão sobre o assunto é evidenciada pelas opiniões distintas dos países. Conforme a OMS, no Reino Unido há leis que limitam a publicidade para crianças como a que proíbe parcialmente – em que comerciais são proibidos em certos horários –, e a que personagens famosos não podem aparecer em propagandas de alimentos infantis. Já no Brasil há a autorregulamentação, na qual o setor publicitário cria normas e as acorda com o governo, sem legislação específica.

A relação entre pais, filhos e seu consumo se torna conflituosa. As crianças perdem a noção do limite, que lhes é tirada pela mídia quando a mesma reproduz que tudo é possível. Como forma de solucionar esse conflito, o governo federal pode criar leis rígidas que restrinjam a publicidade de bens não duráveis para crianças. Além disso, as escolas poderiam proporcionar oficinas chamadas de “Consumidor Consciente” em que diferenciam consumo e consumismo, ressaltando a real utilidade e a durabilidade dos produtos, com a distribuição de cartilhas didáticas introduzindo os direitos do consumidor. Esse trabalho seria efetivo aliado ao diálogo com os pais.

Sérgio Buarque de Hollanda constatou que o brasileiro é suscetível a influências estrangeiras, e a publicidade atual é a consequência direta da globalização. Por conseguinte é preciso que as crianças, desde pequenas, saibam diferenciar o útil do fútil, sendo preparados para analisar informações advindas do exterior no momento em que observarem as propagandas.

Giovana Lazzaretti Segat, Rio Grande do Sul

Texto 2

A Revolução Industrial, ocorrida inicialmente na Inglaterra durante o século XVIII, trouxe a necessidade de um mercado consumidor cada vez maior em função do aumento de produção. Para isso, o investimento em publicidade tornou-se um fator essencial para ampliar as vendas das mercadorias produzidas. Na sociedade atual, percebe-se as crianças como um dos focos de publicidade. Tal prática deve ser restringida pelo Estado para garantir que as crianças não sejam persuadidas a comprar determinado produto.

A partir da mecanização da produção, o estímulo ao consumo tornou-se um fator primordial para a manutenção do sistema capitalista. De acordo com Karl Marx, filósofo alemão do século XIX, para que esse incentivo ocorresse, criou-se o fetiche sobre a mercadoria: constroi-se a ilusão de que a felicidade seria alcançada a partir da compra do produto. Assim, as crianças tornaram-se um grande foco das empresas por não possuírem elevado grau de esclarecimento e por serem facilmente persuadidas a realizarem determinada ação.

Para atingir esse objetivo, as empresas utilizam da linguagem infantil, de personagens de desenhos animados e de vários outros meios para atrair as crianças. O Conselho Nacional de Direitos de Criança e do Adolescente aprovou uma resolução que considera a publicidade infantil abusiva, porém não há um direcionamento concreto sobre como isso vai ocorrer. É imprescindível uma maior rigidez do Estado sobre as campanhas publicitárias infantis, pois as crianças farão parte do mercado consumidor e devem ser educadas para se tornarem consumidores conscientes.

Logo, o Estado deve estabelecer um limite para os comerciais voltados ao público infantil por meio da proibição parcial, que estabelece horários de transmissão e faixas etárias. Além disso, o uso de personagens de desenhos animados em campanhas publicitárias infantis deve ser proibido. Para efetivar as ações estatais, instituições como a família e a escola devem educar as crianças para consumirem apenas o que é necessário. Apenas assim o consumo consciente poderá se realizar a médio prazo.

Júlia Neves Silva Dutra, Minas Gerais.

Texto 3

A publicidade infantil tem sido pauta de discussões acerca dos abusos cometidos no processo de disseminação de valores que objetivam ao consumismo, uma vez que a criança, ao passar pelo processo de construção da sua cidadania, apropria-se de elementos ao seu redor, que podem ser indesejáveis à manutenção da qualidade de vida.

O sociólogo Michel Foucault afirma que “nada é político, tudo é politizável, tudo pode tornar-se político”. A publicidade politiza o que é imprescindível ao consumidor à medida que abarca a função apelativa associada à linguagem empregada na disseminação da imagem de um produto, persuadindo o público-alvo a adquiri-lo.

Ao focar no público infantil, os meios publicitários elencam os códigos e as características do cotidiano da criança, isto é, assumem o habitus – conceito de Pierre Bourdieu, definido como “princípios geradores de práticas distintas e distintivas” – típico dessa faixa etária: o desenho animado da moda, o jogo eletrônico socialmente compartilhado, o brinquedo de um famoso personagem da mídia, etc.

Por outro lado, a criança necessita de um espaço que a permita crescer de modo saudável, ou seja, com qualidade de vida. Os abusos publicitários afetam essa prerrogativa: ao promoverem o consumo exarcebado, causam dependência material, submetendo crianças a um círculo vicioso de compras, no qual, muitas vezes, os pais não podem sustentar. A felicidade é orientada para um produto, em detrimento de um convívio social saudável e menos materialista.

De modo a garantir o desenvolvimento adequado da criança e diminuir os abusos da publicidade, algumas medidas devem ser tomadas. O governo deve investir em políticas públicas que atuem como construtoras de uma “consciência mirim”, através de meios didáticos a fomentar a imaginação da criança, orientando-a na recepção de informações que a cercam. Em adição, os pais devem estar atentos aos elementos apropriados pelos seus filhos em propagandas, estimulando o espírito crítico deles, a contribuir para a futura cidadania que os espera.

Lucas Almeida Francisco, de Sergipe.

Texto 4

Em meio a uma sociedade globalizada, é evidente o crescimento dos recursos capazes de estimular a adesão ao consumo. Em meio a esse contexto, encontram-se as propagandas destinadas às crianças, que, por possuírem seu caráter em processo de formação, tornam-se alvos fáceis desses anunciantes. A regulamentação da publicidade infantil constitui, assim, um fator imprescindível, visando à preservação da integridade mental desse público.

Com o advento do capitalismo e, principalmente, do modelo liberal introduzido pelo pensador iluminista Adam Smith, as pessoas encontram-se inseridas em uma sociedade de consumo, na qual o apelo à adesão popular é realizado de diferentes formas, como, por exemplo, por meio da mídia. Diante disso, estão as crianças, que ao possuírem, muitas vezes, fácil acesso a veículos de comunicação massivos, são estimuladas a construir um ideal de consumismo desenfreado, tento em vista que não possuem o discernimento entre o que é necessário e o que é supérfluo.

Imersa nessa logística, encontra-se a participação de famosos em propagandas ou mesmo a alusão a desenhos animados, que visam ao convencimento da criança de que aquele produto anunciado é essencial. Isso evidencia a falta de regulamentação no setor de propagandas do país, já que não há sequer determinação de horários para a veiculação delas, proporcionando uma recepção massiva daquilo que é divulgado para o público infantil. A par disso, aqueles que são responsáveis pela promoção de tais propostas de adesão ao consumo mostram-se contrários à concretização da proposta, ratificando a preocupação exclusivamente econômica com a realização de uma publicidade desregulamentada.

É certo que a mídia constitui um instrumento de massificação da sociedade e, por serem indivíduos que ainda estão em processo de construção do caráter, as crianças necessitam de medidas protecionistas, que garantam sua integridade mental. Nessa perspectiva, deve-se proibir a veiculação de propagandas infantis em determinados horários, como naqueles em que há uma programação destinada a esse público; com a instituição de leis federais. Dessa forma, anunciantes e emissoras devem ser fiscalizados e punidos com aplicação de multas em caso de desrespeito ao estabelecido. Além disso, é necessária a introdução de disciplinas de educação financeira e direcionada ao consumo, visando à formação de consumidores conscientes. Assim, a criança deixará de ser alvo dessas práticas apelativas.

Victoria Maria Luz Borges, Piauí.

Redações extraídas do portal de notícias G1/Educação.

Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/enem/2015/noticia/2015/05/leia-redacoes-do-enem-que-tiraram-nota-maxima-no-exame-de-2014.html>

PROPOSTAS DE REDAÇÃO

A seguir, serão apresentadas oito propostas de redação. As quatro primeiras deverão ser desenvolvidas no estilo ENEM e contam, além da coletânea padrão, com um texto complementar, cujo objetivo é ampliar sua reflexão temática. Os últimos quatro temas foram feitos pensando em provas de vestibulares tradicionais, que lhe exigem a escrita de uma redação usando gêneros distintos.

Sua tarefa é ler com atenção o tema e os textos motivadores para produzir uma redação que atenda às expectativas que lhe forem solicitadas. Para tanto, vale lembrar a reflexão de Santo Agostinho, também filósofo, o qual afirmara: “sê humilde para evitar o orgulho, mas voa alto para encontrar a sabedoria”!

PRIMEIRA PROPOSTA – ESTILO ENEM

Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **“SURTO DE DENGUE NO BRASIL – REFLEXO DE MÚLTIPLOS DESCASOS”**, apresentando proposta de intervenção social que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Do início do ano a meados de abril, uma pessoa morreu a cada 16 horas em São Paulo, por febre hemorrágica ou outras complicações decorrentes da dengue. Ao todo, foram 169 óbitos, num universo de 401,5 mil infectados pelo *Aedes aegypti* no estado — uma assustadora relação de 911,9 contaminados por grupo de 100 mil habitantes, três vezes o patamar a partir do qual a Organização Mundial de Saúde (OMS) considera instaurada uma epidemia. (...)

Há fatores que explicam a atual epidemia. A temperatura nas regiões de maior incidência se manteve ano passado acima das médias anuais. Também colaborou a recente crise hídrica, do que resultou um acréscimo de criadouros em decorrência do acúmulo de reservatórios inadequadamente tamponados. No caso de São Paulo, a esses fatores juntou-se a particularidade de a maior parte da população ainda ser suscetível à cepa do vírus. Além disso, a grande maioria dos focos está nos limites de residências particulares, o que dificulta o combate às larvas.

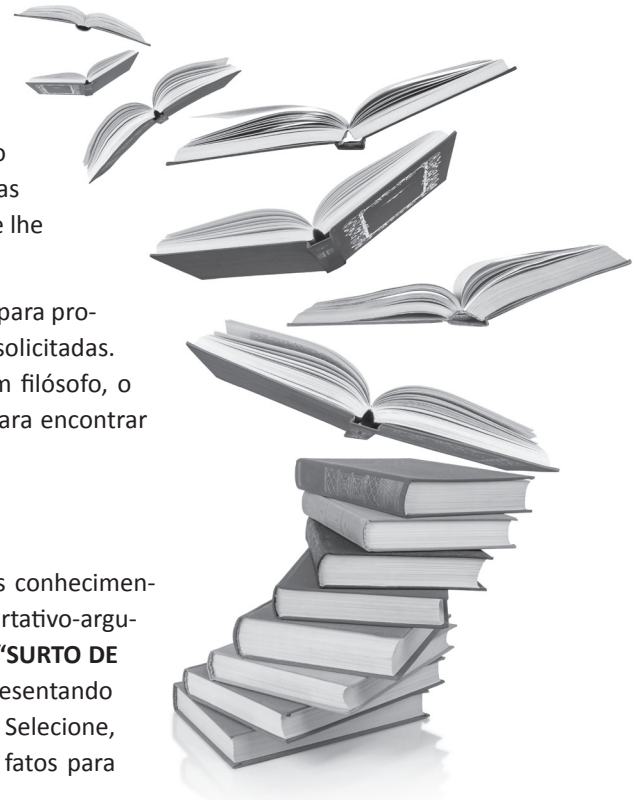
Explicam mas não chegam a justificar: afinal, a dengue é uma doença sazonal, portanto previsível, que, em maior ou menor grau, voltou a compor o perfil epidemiológico do país desde pelo menos os anos 80. Combatê-la apenas com iniciativas tópicas é abraçar a leniência: embora ações imediatas de redução de danos sejam importantes, acima de tudo é necessário que sejam implementadas políticas permanentes de combate ao mosquito, o que implica intervenções públicas, campanhas de esclarecimento e, sem dúvida, a participação da população.

Editorial do jornal O Globo – 06/05/2015.

As políticas públicas no Brasil são pulverizadas, incoerentes e incertas. Campanhas educativas são brandas. Novidades científicas, como vacinas e mosquitos transgênicos (que geram filhotes inviáveis), prometem se tornar armas valiosas – mas avançam aos tropeços, com investimento oscilante. O grosso do combate à dengue fica a cargo das prefeituras. Muitas mal notificam casos. A agenda de muitas delas se orienta pelo calendário eleitoral e pela tentativa de evitar pânico.

A dengue é difícil de enfrentar. Já se registraram casos em áreas fora da faixa tropical – na Argentina, na Croácia, na França e na Ilha da Madeira. Na Europa, o vírus já atacou a 2.000 metros, altitude considerada inviável para o mosquito proliferar. O vírus se apresenta em diferentes tipos e o mosquito mostra capacidade de se adaptar a novos ambientes e venenos. Não há ainda casos de países que tenham sobrepulado a doença de forma inquestionável e que possam servir de referência internacional. Mesmo assim, pode-se constatar que há muitas correções a fazer nas políticas de combate à doença – e muito mais mudanças de comportamento necessárias na população.

Vinicius Gorczeski e Marina Ribeiro – Revista Época, 08/05/2015.



De 2010 a 2014, o governo federal gastou ao menos R\$ 4,2 bilhões em ações de prevenção e tratamento da dengue, segundo reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* nesta segunda-feira. No período analisado, o custo da dengue para a pasta aumentou 48%—passando de R\$ 613,4 milhões em 2010 para R\$ 911,8 milhões em 2014.

O valor do ano passado só não foi superior ao de 2013, quando o país viveu a pior epidemia de dengue da história, com 1,4 milhão de pessoas infectadas e 674 mortes. Naquele ano, a doença custou R\$ 1,1 bilhão ao governo federal, elevando as despesas com dengue ao patamar de outros programas estratégicos do ministério, como o de AIDS, que teve custo de R\$ 1,2 bilhão no ano passado, e o Mais Médicos – R\$ 1,1 bilhão anuais em 2013 e 2014.

As despesas informadas pelo Ministério da Saúde reúnem os principais, mas não todos, os gastos com a dengue. Estão incluídos os valores gastos com internações, verba fixa repassada aos municípios e Estados para ações de prevenção e recursos adicionais exclusivos para a doença. O repasse fixo é usado também para a prevenção de outros problemas, entretanto, segundo o ministério, em média 60% desse valor são destinados a ações contra a dengue.

Revista Veja, 08/06/2015.

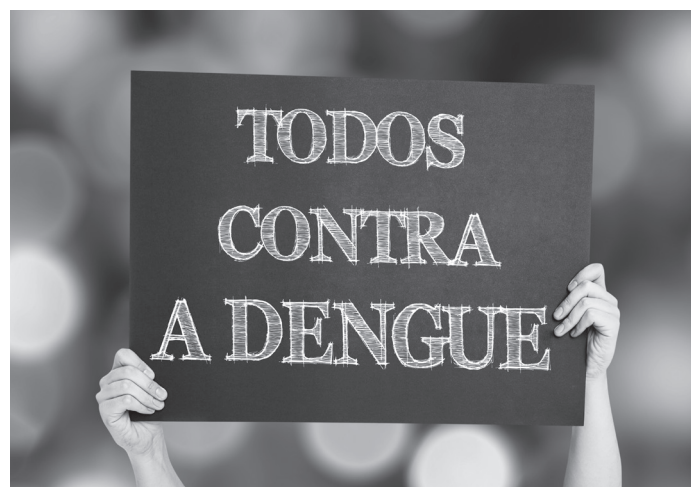
INSTRUÇÕES
<ul style="list-style-type: none"> ▪ O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 40 linhas.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.
Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Tiver menos de 20 linhas escritas, sendo considerada “insuficiente”.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apresentar desrespeito aos direitos humanos.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apresentar parte do texto deliberadamente desconectada com o tema proposto.

COLETÂNEA COMPLEMENTAR

A 'VACINA' DO PLANEJAMENTO URBANO CONTRA A DENGUE

Não se deve atribuir apenas aos estoques domésticos de água, feitos pela população paulista para enfrentar a crise hídrica, a eclosão da epidemia de dengue no Estado de São Paulo. A proliferação do *Aedes aegypti* em recipientes inadequados ou sem o devido lacre para o armazenamento do precioso líquido é apenas uma causa pontual, decorrente de problemas mais amplos, graves e antigos, ligados à precariedade do planejamento urbano no Brasil.

A dengue desencadeou-se em nosso país a partir de 1982, exatamente quando se consolidou a concentração habitacional no meio urbano, onde, segundo o IBGE, passaram a viver 66% dos brasileiros, ante 56%, nos anos 70, 45% nos 60, 36% nos 50 e 31% nos 40. Hoje, são 85%.



dellaphotoclub.com

O mosquito transmissor da doença, que havia sido praticamente "expulso" do meio urbano pela ação do médico Oswaldo Cruz no combate à febre amarela, no início do Século 20, instalou-se novamente nas cidades.

Desmatamento desordenado, ocupação irregular do solo, incluindo áreas de mananciais, favelização, ligações clandestinas de água e seu acúmulo em pneus, garrafas e vasos, falta de orientação das famílias, déficit habitacional e de infraestrutura e precariedade das redes de esgoto constituem um grande caldo de cultura para a proliferação do *Aedes aegypti*.

Todas essas causas convergem para a falta de planejamento urbano. A ameaça de colapso no abastecimento de água é um claro indicativo disso. A população moveu-se ra-

pidamente do campo em direção de cidades despreparadas para a expansão demográfica. E nenhum governante, ao longo de décadas, parece ter se preocupado com essas transformações.

Somam-se a esse problema, algumas contradições na interpretação e aplicação das legislações, configurando-se um ambiente propício às epidemias, como a de dengue. Refiro-me, por exemplo, à questão legal relativa à ocupação do solo.

Muitas vezes, são barrados judicialmente, sob o argumento da proteção ambiental, projetos de bairros planejados, com a devida preservação do volume de áreas verdes, abastecimento de água, redes de esgoto e coleta de lixo, tudo com padrão de excelência e alinhado aos preceitos de sustentabilidade.

Paradoxalmente, às vezes na mesma área ou adjacências, ocorrem invasões de terras, com total devastação da flora, ausência de saneamento básico e desrespeito a todos os preceitos ambientais. Não são raros os casos em que essas ocupações, muitas delas em áreas contaminadas ou mananciais hídricos, acabam se perenizando, por acomodação ou oportunismo político e sob alegações de benemerência social.

Em muitas dessas localidades, o Estado sequer está presente, pois faltam escolas, unidades de saúde, transportes, segurança, estrutura e fiscalização sanitária. Quando existem, os serviços são pífios. Nessas áreas, o mosquito encontra todas as condições para se reproduzir em larga escala. Estamos errando muito no enfrentamento do problema.

Além da ausência de planejamento urbano, ocupação irregular do solo, desventuras políticas, demagogia, legislação restritiva a projetos sustentáveis e carência de infraestrutura, há ainda o fator educacional: estamos chegando ao absurdo de se cogitar a aprovação de uma lei municipal, na cidade de São Paulo, para obrigar as pessoas a deixarem os agentes públicos inspecionarem suas residências e realizarem ação sanitária contra o mosquito.

Isso está diretamente relacionado à constrangedora 60ª colocação do Brasil, dentre 76 nações, no ranking mundial de educação, que acaba de ser divulgado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Em síntese, esbarramos mais uma vez, no problema crônico brasileiro: falta de políticas públicas de longo prazo. Diante da gravidade da situação, ações desesperadas do tipo "fumacê", um produto altamente tóxico e de serventia duvidosa, pouco ajudam na solução definitiva do problema.

Os hospitais superlotados que o digam! Precisamos de esforços bem mais elaborados de nossos legisladores, para melhorar e até, quem sabe, erradicar esse mal. E, sem medo de errar, aposto que este caminho permeia o contexto do ensino e do marco legal relativo ao uso e ocupação do solo urbano, com propostas mais realistas e menos ideológicas.

Infelizmente, falta às nossas cidades e nosso país a "vacina" do bom senso e do planejamento, os mais eficazes agentes de imunização contra a dengue e outras doenças tropicais infecciosas.

LUIZ AUGUSTO PEREIRA DE ALMEIDA é diretor da Fiabci/Brasil e diretor de Marketing da Sobloco Construtora.
Jornal Folha de São Paulo – 08/06/2015

SEGUNDA PROPOSTA – ESTILO ENEM

Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **“A SITUAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL”**, apresentando proposta de intervenção social que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

A demarcação das terras indígenas beneficia, indiretamente, a sociedade de forma geral, visto que a garantia e a efetivação dos direitos territoriais dos povos indígenas contribuem para a construção de uma sociedade pluriétnica e multicultural. Ademais, a proteção ao patrimônio histórico e cultural brasileiro é dever da União e das Unidades Federadas, conforme disposto no Art. 24, inciso VII da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. As terras indígenas são áreas fundamentais para a reprodução física e cultural dos povos indígenas, com a manutenção de seus modos de vida tradicionais, saberes e expressões culturais únicos, enriquecendo o patrimônio cultural brasileiro.

Fundação Nacional do Índio.
Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/2014-02-07-13-25-20>

Mato Grosso do Sul concentra o maior índice de indígenas mortos no país. A informação foi revelada pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi). O relatório mostra que o número de índios assassinados no Brasil voltou a crescer no ano passado. Após registrar uma pequena diminuição de mortes violentas em 2013, quando foram assassinados 53 índios ante 60 no ano anterior, foram identificadas 70 vítimas de homicídios. Os números constam do último relatório Violência Contra os Povos Indígenas.

nas, divulgado na sexta-feira (19) pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi). No documento, o CIMI, que é vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), chama a atenção para a hipótese de os números de 2014 serem ainda maiores.

(...)

A violência e as violações contra os povos indígenas se expressam também no aumento do número de casos de suicídios, mortes por desassistência à saúde, mortalidade na infância, invasões e exploração ilegal de recursos naturais e de omissão e morosidade na regularização de terras. Segundo as informações da Secretaria Especial de Saúde Indígena, 135 índios se suicidaram no ao passado. É o pior resultado registrado pelo Cimi em quase 30 anos.

O Cimi inclui essas mortes entre os casos de violência decorrentes da omissão do Poder Público, em especial com a saúde, que impede os índios de ter acesso adequado a recursos, procedimentos médicos, exames e medicamentos que poderiam lhes garantir melhores condições de vida. “É fácil constatar que a violência contra os índios aumentou muito. Nunca se sabe se a maior violência é a morte brutal ou se é o outro tipo de violência que registramos todos os anos, as violências contra o patrimônio histórico, o racismo, a morosidade do Poder Público em demarcar terras indígenas e cumprir o que estabelece a lei”, disse a antropóloga Lúcia Helena Rangel, coordenadora da pesquisa.

Alberto Gonçalves, com Agência Brasil. Jornal Capitalnews – 20/06/2015.

Disponível em: <http://www.capitalnews.com.br/nacional/mato-grosso-do-sul-lidera-numero-de-assassinatos-de-indios-no-brasil/280015>

Os territórios indígenas, que atualmente correspondem a 13% do Brasil, também são alvo de interesses políticos e econômicos. Em 16 de abril de 2013, três dias antes do Dia do Índio, as redes de TV registraram uma cena impressionante: a invasão do Congresso Nacional por um grupo de 300 indígenas, que tomaram o plenário e cercaram alguns deputados, em volta dos quais cantaram e dançaram. Era um protesto contra a emenda constitucional (PEC) 215, projeto de lei que, se aprovado, dará ao Congresso o poder de demarcar – e reaver – terras indígenas. Os índios temem que deputados ligados ao setor agropecuário (que formam a chamada “bancada ruralista”) e empresas se mobilizem para reduzir suas terras. (...) A Fundação Nacional do Índio (Funai), que era a responsável por demarcar os territórios indígenas, agora terá de dividir esse poder com outros órgãos do governo – entre eles a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). As 687 terras indígenas no país, que abrigam aproximadamente 517 mil pessoas, despertam enorme interesse de agricultores, pecuaristas, mineradoras e empreiteiras, que veem nelas uma grande oportunidade de lucro e têm tentado explorá-las – nem sempre de forma pacífica.

Felipe Milanez. Revista Superinteressante, edição 319 – junho/2013.

Disponível em: <http://super.abril.com.br/comportamento/a-terra-sagrada-dos-indios>

INSTRUÇÕES

- O **rascunho** da redação deve ser feito no espaço apropriado.
 - O **texto definitivo** deve ser escrito **à tinta**, na **folha própria**, em até **40 linhas**.
 - A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.
- Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:**
- Tiver menos de 20 linhas escritas, sendo considerada “insuficiente”.
 - Fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo
 - Apresentar desrespeito aos direitos humanos.
 - Apresentar parte do texto deliberadamente desconectada com o tema proposto.

COLETÂNEA COMPLEMENTAR

O “DESENVOLVIMENTO” VERSUS OS POVOS INDÍGENAS

Artigo publicado no Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – dados 2014 abordando as centenas de conflitos entre comunidades indígenas e grandes e médias obras que provocam modificações radicais em seus territórios e modos de vida tradicionais

por Clóvis Antônio Brighenti

Os povos indígenas no Brasil estão enfrentando centenas de conflitos com grandes e médias obras que provocam modificações radicais em seus territórios e modos de vida tradicionais. Convencionou-se relacionar esses empreendimentos ao “de-

envolvimento”, porque o setor mais privilegiado da sociedade brasileira defende que eles geram riquezas e empregos e promovem o “progresso”. Independentemente do tamanho e do montante dos recursos envolvidos, seus efeitos são devastadores sobre espaços considerados sagrados por essas populações. Das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) aos megaprojetos, que envolvem bilhões de reais, os impactos sobre as populações que habitam esses espaços há milhares ou centenas de anos são severos e, na maioria dos casos, irreversíveis. Em muitos casos, elas são forçadas à remoção e obrigadas a deixar para trás suas fontes históricas de sobrevivência, como a pesca e o extrativismo.

A concepção desse padrão de desenvolvimento, suas obras e empreendimentos estão relacionados com o mito moderno de que a economia precisa crescer rápida e continuamente para satisfazer as necessidades materiais da sociedade, para que, desse modo, as pessoas sejam felizes, tenham mais bem-estar e qualidade de vida. No entanto, por trás desse mito, camufla-se a essência do sistema capitalista: a necessidade de garantir a continuidade de uma lógica fundamentada no consumismo, e assim, assegurar o acúmulo e o lucro das elites e dos setores privilegiados da sociedade.

No Brasil esse mito da felicidade “material” está associado a outro, que diz respeito à busca de novos espaços para a expansão do “desenvolvimento”. Ou seja, busca-se constantemente avançar para os “novos” territórios, locais onde ainda existe natureza a ser explorada e apropriada. Nesse aspecto, ao interesse do capital, as terras indígenas e de comunidades tradicionais são espaços privilegiados para a implantação dessas obras devido à forma como essas populações utilizam o território, ou seja, respeitando a floresta, a mata, as águas, a fauna e a flora.

A partir dessa perspectiva, a Amazônia brasileira é ainda hoje considerada um espaço vazio a ser explorado, apesar de povos indígenas e comunidades tradicionais habitarem aquela região há milhares, centenas de anos. Portanto, a concepção de “desenvolvimento” do Estado brasileiro está associada a ações agressivas contra o meio ambiente e suas populações originárias e tradicionais.

Na história recente do Brasil muitos povos indígenas foram praticamente extintos ou tiveram grande parte de seus territórios destruídos por causa desses empreendimentos do “desenvolvimento”. Na década de 1970, a Usina Hidrelétrica de Itaipu, no Rio Paraná, cobriu aproximadamente 60 aldeias Guarani em ambas as margens (do lado do Brasil e do Paraguai). Reconhecendo parcialmente sua responsabilidade, o empreendimento binacional devolveu aos Guaranis menos de 1% das terras indígenas que foram alagadas. Essas comunidades seguem sem terra, sem o reconhecimento concreto de seus direitos e sem qualquer tipo de reparação.

A construção da Usina Hidrelétrica de Balbina, no Rio Uatumã, no município de Presidente Figueiredo, estado do Amazonas (AM), é considerada um dos maiores crimes ambientais do mundo e também significou um ato criminoso contra os indígenas. Além de alagar uma grande área do território do povo Waimiri-Atroari, provocou a chacina de parte da sua população, já que milhares de indígenas foram assassinados por recusarem o empreendimento. Associada a essa obra está a rodovia BR-174, também conhecida por Manaus – Boa Vista e que interliga os estados de Roraima e Amazonas à Venezuela. Esta BR, literalmente, rasgou ao meio o território dos Waimiri-Atroari.

Cabe ainda aos militares a responsabilidade por milhares de mortes entre mais de dez povos indígenas na abertura da rodovia Transamazônica. Eles foram exterminados, principalmente, por armas e por diversas doenças decorrentes do contato com a sociedade não indígena e seus territórios foram invadidos por madeireiros e garimpeiros.

A construção da Transamazônica, que atravessa o território dos Tenharim, significou quase a extinção deste povo na década de 1970: de uma população estimada em quase 10 mil pessoas, ela caiu para pouco mais de 100 indivíduos, segundo os indígenas. Ainda hoje a Transamazônica impacta severamente os Tenharim, já que é justamente através dela que são escoados a madeira e outros bens naturais explorados ilegalmente dentro da terra indígena. Além de nunca terem recebido nenhum tipo de reparação, por parte do Estado brasileiro, os Tenharim continuam sendo vítimas de perseguição e criminalização – como ocorreu em dezembro de 2013 – e diversas outras violações, como invasão possessória, totalizando mais de quatro décadas de permanente violência.

Obras de menor vulto econômico e quase desconhecidas, como a Barragem Norte, em Santa Catarina (SC), para a contenção de cheias no Vale do Itajaí, destruiu o modo de vida do povo Xokleng-Laklãnõ. A comunidade ficou completamente desestruturada, perdeu as terras agricultáveis e jamais foi reparada. Resta a esse povo a difícil convivência com um lago sazonal lamacento e podre. Desse modo, as lutas e os protestos iniciados no início dos anos 1980 seguem até hoje.

Todos os casos citados acima foram denunciados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) no capítulo indígena do relatório, entregue à Presidência da República em dezembro de 2014, que reúne informações sobre os crimes e as violações de direitos praticados contra os povos indígenas durante a ditadura militar. Apesar de este capítulo considerar pesquisas feitas com apenas dez povos, constatou-se que um total de pelo menos 8.350 indígenas foram mortos no período investigado.

Também herdeiras desse conceito enviesado de “desenvolvimento” são as obras iniciadas no governo de Fernando Henrique Cardoso, com o programa Avança Brasil, que tiveram continuidade nos governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, através dos Programas de Aceleração do Crescimento I e II (PAC I e PAC II).

Na contemporaneidade, percebem-se continuidades e mudanças em relação ao que ocorreu com os povos indígenas no período dos governos militares. As mudanças positivas são perceptíveis nos aspectos legais, frutos da mobilização indígena e de seus apoiadores na sociedade brasileira. A partir da promulgação da Constituição Federal (CF), em 1988, ocorreram avanços substanciais para as populações indígenas no que tange aos direitos sobre seus territórios e a sua integridade física. O Artigo 231 da CF em seu parágrafo 3º restringe o uso dos territórios indígenas para hidrelétricas e exploração mineral: “O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei”. Já o parágrafo 5º, do mesmo Artigo, impede a remoção de indígenas como ocorreu no período militar: “É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, ad referendum do Congresso Nacional...”.

A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) é uma importante normativa jurídica do direito internacional, ratificada no Brasil em 2004, que garante aos povos indígenas a “consulta prévia” sobre toda e qualquer ação do Estado que os afete, incluindo especialmente os empreendimentos. Trata-se de um significativo avanço legal que possibilita aos povos indígenas manifestarem-se e decidirem sobre as obras que afetam seus territórios e seus modos de vida e que deve ser imediatamente respeitado e aplicado pelo Estado brasileiro.

Porém, o que se percebe com maior nitidez é a continuidade do pensamento desenvolvimentista do Estado e do governo brasileiro que, para piorar, ainda considera os povos indígenas e as populações tradicionais como obstáculos ao “desenvolvimento”. Também continua atual a crença de que o Brasil precisa “avançar” e “crescer” ampliando sua infraestrutura sobre áreas novas, locais ainda não explorados do ponto de vista do capital. A continuidade dessa mentalidade militarista é evidenciada por uma postura fundamentada no “construir a qualquer custo”, mesmo que seja violando direitos humanos. Nesse sentido, a atual construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, em Altamira, no Pará, é emblemática. Idealizado pela ditadura militar, em 1975, com o nome de Complexo Kararaô, este projeto conseguiu no governo do presidente Lula um ambiente político favorável para ser implementado. Segundo o Ministério Público Federal do Pará (MPF-PA), em torno de 40 mil pessoas serão diretamente atingidas pelo empreendimento e terão que deixar suas casas. Belo Monte tem um impacto profundo sobre as atividades produtivas e a cultura dos povos indígenas daquela região, que possuem relações ancestrais com o rio e uma cosmovisão diferente da ocidental.

Desse modo, fica explícito que para o Estado brasileiro as leis podem apenas mitigar os “inevitáveis” danos. Não é permitido, na prática, aos povos indígenas manifestarem-se autonomamente sobre as obras, e o direito de dizer “não” parece absurdo aos olhos do capital. Se no período militar os povos indígenas eram considerados transitórios, já que deveriam integrar-se à “comunhão nacional” e, portanto, deixarem de existir como povos, atualmente as terras indígenas são consideradas transitórias e estariam à disposição dos povos indígenas até que o interesse “maior” do capital se sobreponha e as utilize a seu bel prazer. Essa postura é uma clara violação dos direitos assegurados na Constituição Federal e na Convenção 169, que reconhecem explicitamente o direito exclusivo dos povos indígenas sobre seus territórios e o usufruto de seus bens naturais.

Ciente de que os direitos conquistados pelos povos indígenas impõem limites à forma como se concretizam os empreendimentos, o governo vem buscando modificar e restringir esses direitos a fim de facilitar e garantir a implementação das obras. Nessa perspectiva, em 2011, foi publicada a Portaria Interministerial nº 419, que estabeleceu, dentre outros parâmetros, limites em quilômetros para identificar possíveis interferências às comunidades indígenas; prazos exíguos para os estudos de impactos ambientais; e a definição do que o governo entende por terra indígena, contemplando apenas as que estão com portaria declaratória publicada e restringido a interpretação do Estatuto do Índio, de 1973, criado em pleno governo militar.

Em 2012, o governo propôs à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei Complementar (PLP) 227, que altera o parágrafo 6º do Artigo 231 da CF, a fim de restringir o uso exclusivo dos índios sobre suas terras. Ainda em 2012, a Advocacia Geral da União (AGU) publicou a Portaria nº 303, com o argumento de “Salvaguardas Institucionais às Terras Indígenas, conforme entendimento fixado pelo Supremo Tribunal Federal na Petição 3.388 RR”. Através desta portaria, o Executivo federal buscou aplicar a todas as terras indígenas o entendimento do STF exclusivo para o processo de demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (RSS), ficando explícita intenção de restringir os direitos indígenas.

Como se não bastassem essas iniciativas que visam retirar os direitos indígenas, em 2013, o Executivo publicou o Decreto nº 7957, que permite que as Forças Armadas intervenham sempre que haja manifestação contrária aos empreendimentos. Trata-se, claramente, de uma postura autoritária herdada do governo militar, presente no governo civil com o objetivo de viabilizar as grandes obras.

Há também diversas iniciativas do Legislativo, como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, que transfere do Executivo para o Legislativo a prerrogativa de demarcar terras indígenas, titular territórios quilombolas e criar unidades de conservação ambientais; a PEC 38, que dá ao Senado Federal competência privativa para aprovar processos de demarcação de terras indígenas; além do Projeto de Lei (PL) 1610/1996, que abre as terras indígenas para a exploração mineral.

Percebe-se, portanto, que há uma junção de esforços dos poderes Executivo e Legislativo no sentido de garantir, a qualquer custo, o uso dos territórios indígenas para beneficiar o grande capital. Nesse sentido, fica evidente a continuidade dos princípios de uso dos territórios indígenas impostos no Brasil durante o governo militar. Nesse contexto, não poderiam estar mais atuais as palavras do ministro do Interior Rangel Reis, em 1976, quando afirmou que “os índios não podem impedir a passagem do progresso”.

Uma característica importante que diferencia os empreendimentos realizados nos governos militares e nos governos civis é que agora as obras são financiadas com recursos públicos, do povo brasileiro, sendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) o principal financiador dos megaprojetos, enquanto nos governos militares as obras eram financiadas pelo Banco Mundial e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Essa diferença mobiliza ainda mais o empresariado brasileiro na defesa desse modelo de desenvolvimento.

No relatório “Empreendimentos que Impactam Terras Indígenas”, lançado pelo Cimi em 2014, as obras foram divididas em cinco categorias: energia, sistema viário, infraestrutura, mineração e agronegócio. Constatou-se que 519 empreendimentos afetam ao menos 204 povos indígenas em 437 terras.

Dentre as obras do setor hidrelétrico, destacam-se Belo Monte (PA), o Complexo de Teles Pires (MT) e o de Tapajós (PA). Em relação aos combustíveis fósseis, causa espanto a voracidade com que a Amazônia está sendo escavada para possibilitar a exploração de gás e petróleo. O minério é uma das principais commodities que se deseja explorar nas terras indígenas e se essa exploração for autorizada elas serão severa e irreversivelmente impactadas, afetando radicalmente o modo de vida dos povos. Consta-se que no centro-sul do país já quase não existem mais rios, os antigos cursos d’água, grandes ou pequenos, tornaram-se sequências de lagos, alterando drasticamente o meio ambiente e a vida das comunidades que mantinham relações de sustentabilidade e espiritualidade com esses espaços.

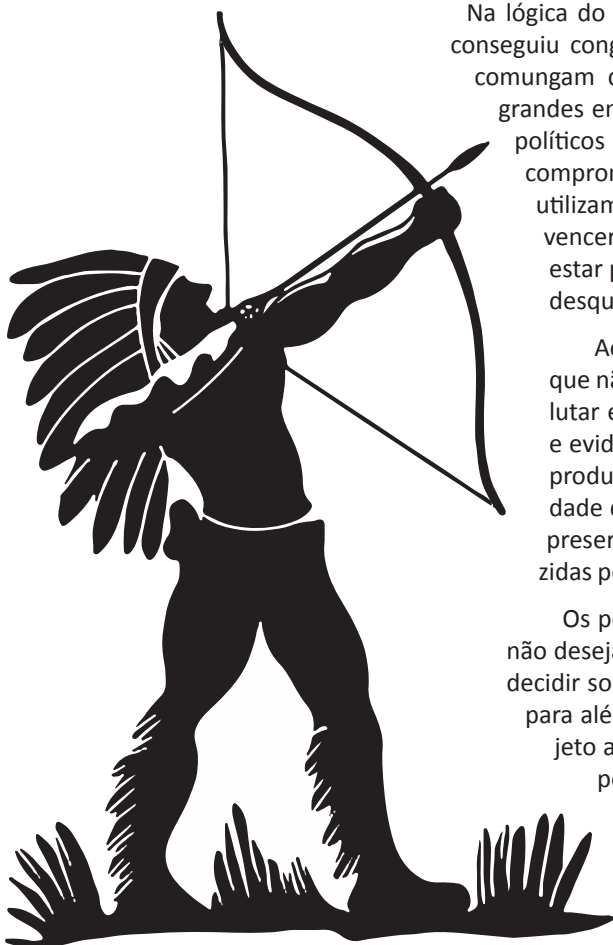
Na lógica do capital não há espaço para as diferenças. O discurso do “progresso” conseguiu congrega políticos de direita e outros, considerados, progressistas, que comungam das teses pautadas pelos setores dominantes economicamente. As grandes empreiteiras e construtoras são as maiores financiadoras de candidatos políticos nas eleições, não importando a qual partido pertençam. Os governos comprometidos e controlados por esse setor não toleram vozes contrárias. Eles utilizam os veículos de comunicação como porta-vozes do capital, a fim de convencer a sociedade que esse modelo de desenvolvimento é o que trará bem estar para todos, atualizando permanentemente o discurso de Rangel Reis, e desqualificando outras territorialidades.

Aos povos indígenas, às comunidades tradicionais e à parte da sociedade que não deseja esse tipo de desenvolvimento, não resta outra saída a não ser lutar em defesa dos outros modos de vida praticados por essas populações e evidenciar que não há um único modelo de sociedade, organização social, produção, etc. É fundamental demonstrar, dentre outros aspectos, a necessidade de inversão da atual lógica, que prioriza o ter acima do ser; respeitar e preservar o meio ambiente; e explicitar que a distribuição das riquezas produzidas pela sociedade é mais importante que o contínuo aumento da produção.

Os povos indígenas são sujeitos de direitos como todos os brasileiros. Eles não desejam apenas ser ouvidos, querem participar ativamente dos processos e decidir sobre suas vidas e seus territórios. Querem o direito de demonstrar que para além da proposta de qualidade de vida imposta pelo capital existe o projeto ancestral do Bem Viver, que sustentou e sustenta milhões de pessoas e povos por centenas de gerações, em uma convivência equilibrada com o meio ambiente.

Clóvis Antônio Brighenti é Professor de História na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) e colaborador do Cimi. Texto publicado no Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil do Conselho Indigenista Missionário – dados 2014.

Revista Le Monde Diplomatique Brasil – 19 de Junho de 2015.



TERCEIRA PROPOSTA – ESTILO ENEM

Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **“INTERVENÇÕES ESTÉTICAS A QUALQUER CUSTO – COMO ATRIBUIR RESPONSABILIDADES NUM MUNDO DE APARÊNCIAS IMPOSTAS?”**, apresentando proposta de intervenção social que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

"Um veneno", é como Andressa Urach define o produto químico que quase a levou à morte por infecção generalizada. Mas parte da culpa ela carrega consigo mesma, pela irresponsabilidade. "Fui na onda de uma amiga. Ela colocou, ficou bonito, eu fui numa clínica do Rio de Janeiro e coloquei também", confessa Andressa, que não lembra o nome da pessoa que aplicou e nem faz ideia se era de fato um médico. A clínica já não existe mais. E Andressa nem tem vontade de processar. "Fui eu mesma que fiz isso comigo. Imagine só, eu fui cobaia de um produto que ninguém sabia direito como funcionava", desabafa ela, que já fez mais de dez plásticas e intervenções estéticas.

Anahi Martinho. Jornal Folha de São Paulo – 13/02/2015.

Uma alma genuinamente libertária dirá que os indivíduos são livres para usarem e abusarem do seu corpo como entenderem: se (a atriz) Kim Novak, aos 81, deseja ter um rosto de 30, quem sou eu, quem somos nós, quem é o Estado para negar-lhe os prazeres da faca?

Entendo o argumento. Mas também entendo que existe um esquecimento deontológico no mesmo. Tom Blackwell, em artigo para o "National Post", resume o problema com uma única pergunta: de quem é a culpa quando as cirurgias plásticas correm barbaramente mal? Será apenas do paciente que deseja o impossível e recebe o inominável?

Ou existe também a responsabilidade do médico, que alimentou expectativas insanas, mesmo sabendo dos resultados a que elas conduziriam?

Dito de outra forma: será que o médico é apenas um profissional amorfo e sem consciência, que executa qualquer loucura que lhe é pedida desde que seja pago, e bem pago, para isso? Ou o médico é mais que uma marionete, mais que um mercenário, usando a razão e a responsabilidade para não subverter o propósito da sua arte?

Olhando para a esmagadora maioria das especialidades médicas, a pergunta responde-se a ela própria: não conheço cirurgiões que removam órgãos ou façam transplantes por mero capricho do paciente. Sim, eu até posso desejar a remoção de um braço (não desejo) ou receber um fígado novo por razões preventivas (bem, pensando nisso). Mas terei sérias dificuldades legais em encontrar um cúmplice para os meus delírios. Será que os cirurgiões plásticos estão acima dos restantes, lavando as mãos de qualquer "excesso" em nome da sagrada liberdade individual?

Retorno a Kim Novak. E retorno a Frankenstein. Olhando para a atriz, haveria a tentação de pensar que o monstro, ali, era ela. Engano. Como escreve o mesmo Tom Blackwell no artigo do "Post", o mais provável é o verdadeiro monstro estar na sua clínica. E com a lista de espera completamente lotada.

João Pereira Coutinho – jornal Folha de São Paulo, 11/03/2014.

Desde 2013, o Brasil é o recordista mundial em cirurgias plásticas, com mais de 1,5 milhão de operações por ano. As mulheres são responsáveis por 88% das operações estéticas feitas no país. (...)

Em Mato Grosso começa a viagem de quem vai para a Bolívia a procura de cirurgias plásticas mais baratas. O percurso de ônibus até a clínica em Santa Cruz de La Sierra leva dois dias.

Quem recebe o grupo é a esteticista brasileira Inêz Aguillero. Há sete anos, ela abriu uma clínica em Santa Cruz de La Sierra. Seis cirurgiões atendem no local, cinco bolivianos e uma peruana. No ano passado, cerca de 800 brasileiros foram operados na clínica. Após a cirurgia, os pacientes ficam internados na clínica por cerca de sete dias. Depois seguem de volta para o Brasil.

A estudante de medicina Roberta Gonçalves deixou o marido e os dois filhos em Feira de Santana, na Bahia, para estudar na Bolívia. Há um mês, passou por uma cirurgia plástica para a redução das mamas. Ela teve complicações nos pontos da plástica e foi tratada em casa pelo médico assistente da cirurgia.

Roberta descobriu que a mulher que realizou sua operação não é cirurgiã plástica. A estudante precisou passar por mais dois procedimentos para correção nas mamas e entrou com um processo no Ministério Público da Bolívia contra todas as pessoas que participaram da cirurgia.

Profissão Repórter – 09/06/2015.

INSTRUÇÕES
▪ O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
▪ O texto definitivo deve ser escrito à tinta , na folha própria , em até 40 linhas .
▪ A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.
Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:
▪ Tiver menos de 20 linhas escritas, sendo considerada “insuficiente”.
▪ Fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo
▪ Apresentar desrespeito aos direitos humanos.
▪ Apresentar parte do texto deliberadamente desconectada com o tema proposto.

COLETÂNEA COMPLEMENTAR

O PADRÃO DE BELEZA IMPOSTO PELA MÍDIA

Nayanne Nascimento

Temos vivido a era dos direitos humanos, mas por desconhecer o poder de influência que a mídia, através dos meios de comunicação, exerce em nossas vidas, em como penetra em nossa mente, não percebemos que nossos direitos jamais foram tão violados como nos dias de hoje. Temos visto um verdadeiro massacre humano, de mulheres, adolescentes se matando para atingir um inatingível padrão de beleza imposto pela mídia. Em uma sociedade democrática, as mulheres tornaram-se escravas da indústria da beleza, tão difundida pelos meios de comunicação, os quais têm dilacerado a nossa juventude. Pessoas que estão perdendo o prazer de viver, tornando-se solitárias, por estarem inconformadas com sua forma física, controlam alimentos que ingerem, para não engordar; esta escravidão assassina a autoestima, produz uma guerra contra o espelho e gera uma autorrejeição terrível.

PADRÃO DE BELEZA E SOCIEDADE

Ao longo dos anos e mais precisamente depois da Segunda Guerra Mundial, a mulher vem adquirindo direitos e mudando sua forma de atuação na sociedade. Ela está se especializando, através de estudos e qualificações profissionais, promovendo, assim, um melhor planejamento familiar e conquistando maior respeito e admiração, pois está conquistando uma posição atuante e fora de casa.

O conceito de mulher, dona de casa, mãe e esposa, mudou. As mulheres ainda são mães, esposas e dona de seu lar, porém, junto a tudo isso, estão no mercado de trabalho atuando de forma efetiva em diversas funções. As conquistas são constantes, e as quebras de tabus são diárias, em meio a esta avalanche cultural que temos vivido.

Descarte, em meio a todas essas conquistas, temos visto, também, um verdadeiro massacre humano, em que pessoas, principalmente mulheres, dilaceraram seu prazer de viver e sua liberdade para atingir o inatingível padrão de beleza, pregado pelas mídias em nossas vidas.

As cobranças que as mulheres têm feito a si mesmas para atingir o padrão de beleza imposto pela mídia as prejudicam em todos os sentidos, tanto psicológico, como físico. A sociedade exige uma dupla ou tripla jornada de trabalho (cuidar da casa, do marido, das crianças, do emprego, do curso de especialização, do cabelo da estética, entre outros). Diante de tudo isso vem o estresse, a não aceitação de seu corpo, as dietas malucas, distúrbios alimentares e mais tarde doenças como bulimia e anorexia nervosa.

Os meios de comunicações impõem um estereotipado padrão de beleza feminina, os comerciais, desfiles, novelas, propagandas mostram que para ser aceito na sociedade deve-se ser magro, vestir manequim 36. Nas capas das revistas vemos belos corpos de modelos magérrimas, a pura perfeição. Diante disso, vem a cobrança de ser assim, para se sentir bonita e atraente, sexy, bem vista e aceita pela sociedade, assim como afirma Bohm:

“O padrão estético de beleza atual, perseguido pelas mulheres, é representado imagetivamente pelas modelos esqueléticas das passarelas e páginas de revistas segmentadas, por vezes longe de representar saúde, mas que sugerem satisfação e realização pessoal e, principalmente, aludem à eterna juventude”

(BOHM, 2004, p.19).

INDÚSTRIA DA BELEZA

O discurso da mídia decorre de uma pluralidade de produtos e avanços tecnológicos a fim de aprimorar a estética e forma física. Vemos todos os dias surgirem novos produtos de emagrecimento, pílulas, sucos, comidas diet, light e zero, aparelhos de ginásticas, academias com uma imensidão de aparelhos, vídeos com séries de exercícios para se fazer em casa e perder medidas, revistas especializadas em perda de peso em tantos dias, cosméticos, cirurgias plásticas, redução de estômago.

O país pode estar na maior crise financeira de todos os tempos, mas a indústria da moda não para de crescer. Para todos os lugares em que se olha, se vê a influência ao culto de um corpo perfeito, uma barriga saradinha, uma constante luta contra a balança, uma conta de calorias presente em cada refeição. Os meios de comunicação apresentam diariamente o glamour da glória e do sucesso, de pessoas magras e em forma se dando bem em tudo que fazem, sem sofrer nenhum tipo de preconceito, apenas com intensa ascensão social.

OBSESSÃO PELA FORMA FÍSICA E OS TRANSTORNOS

A perda de peso já se tornou o objetivo de muita gente e a indústria da beleza mostra que é algo possível de se alcançar, basta ter vontade, pois todos os dias surgem novas formas, tecnologia que permitem uma rápida e satisfatória perda de peso. A mídia, em sua forma escrita e televisiva, prega o poder, honra, beleza, mobilidade social, através das modelos, e as mulheres, em especial da faixa adolescente, sentem a necessidade de estarem com esse corpo de modelo. Recorrem constantemente à indústria da beleza para satisfazerem esta necessidade que a mídia mostra que devem ter. Mas assim como diz Augusto Cury em seu livro, é preciso que as pessoas descubram a beleza única que cada uma tem e não procurem ser iguais a ninguém:

Em contraste a essa ideia, temos os meios de comunicações, como, por exemplo, blogs, sites de relacionamentos, incentivando as pessoas a serem iguais às modelos, se sacrificarem para ficarem magras; encontramos termos como Ana e Mia, para designarem as doenças anorexia e bulimia, respectivamente. Muitos adolescentes se identificam com esses distúrbios e aprendem a como perder peso, como passar horas sem se alimentar, a como controlar a ansiedade. Estes blogs influenciam meninas de todo o mundo, ensinando-lhes com ser uma pessoa anoréxica e como enganar os pais, para que não percebam de imediato o que elas estão fazendo consigo mesmas, matando-se, desistindo da vida para atingir o inatingível padrão de beleza.

As pessoas que têm estes transtornos alimentares costumam enfrentar uma guerra todos os dias com o espelho, todas as vezes que se olham no espelho, se veem gordas, deformadas, não gostam do que ver em sua frente, nunca conseguem se sentir bem consigo mesmas. Isso acontece muitas vezes com as que já estão abaixo do peso considerado saudável. O pior de tudo isso é que temos visto milhares de pessoas sofrendo dilaceradas pelo mal que assola famílias ricas e pobres, muitas meninas morrendo de fome, tendo de tudo em casa para comer. Isso parece utopia, mas é uma realidade, é um imenso contraste, enquanto a indústria de alimentos vende gorduras exuberantes, a indústria da beleza luta com regimes e defende o uso de alimentos de baixo valor calórico ou nenhuma caloria.

O resultado é uma paulatina deterioração física e mental, que começa com sintomas leves, como tonturas, tremedeiras, fraquezas, gastrites, variações de humor, complicações cardiovasculares e renais, podendo levar à morte.

Diante disso, parece uma missão impossível compreender o que leva alguém a fazer isto consigo mesmo: desistir de lutar pela vida, querer muitas vezes a morte, do que ter uns quilos a mais. A maior indignação que nos dá, e por que não dizer revolta, é que todo esse sofrimento poderia ser evitado se as pessoas acreditassem na sua beleza genuína e singular, se não quisessem ser iguais às modelos dos desfiles e comerciais.



dollarphotoclub.com

INDÚSTRIA DO CONSUMO

O século 19 foi o século das maiores conquistas que as mulheres tiveram ao longo de sua história; a luta pelo direito de votar, opinar, ter igualdade de trabalho, frequentar universidades. A sociedade abriu espaço para as mulheres serem livres, mas, no século 20, vimos que a indústria do consumo, que tanto ajudamos a construir, tem feito as mulheres, especialmente, escravas de um padrão inatingível de beleza.

A indústria do consumo tem o objetivo de vender seus produtos, sejam eles: cigarros, carros, cervejas, roupas, calçados, ou até mesmo comidas, explorando, para isso, o corpo da mulher. Hoje o corpo feminino vende tudo, mas esta imagem de corpo perfeito, esta espetacularização da moda, tem trazido, como se viu, consequências drásticas à nossa sociedade.

Esses efeitos causados pela indústria do consumo na sociedade só traz mais crescimento e sucesso à dinâmica do capitalismo, porque indivíduos insatisfeitos correm às lojas para comprar objetos a fim de satisfazer seus desejos, acabar com a ansiedade, aumentar sua autoestima. Mas esses prazeres são passageiros, pois o que compraram há pouco tempo já se tornou obsoleto, tudo isso devido à vida líquida que se tem nessa sociedade moderna, em que nada se firma, não dá tempo de as coisas tomarem forma. Os avanços são constantes, as modas, passageiras; a cada minuto surge uma nova tecnologia. Assim como nos diz Cury: “Estamos mais ricos financeiramente hoje, mais muito mais miseráveis e infelizes interiormente” (CURY, 2005, p. 39).

A indústria do consumo tem o objetivo de promover inconscientemente a não a satisfação, como muitos pensam e se deixam influenciar. Não importa o que as indústrias da moda, da beleza, do consumo e os meios de comunicações nos impõem, não adianta se matar para atingir o inatingível, pois cada pessoa tem uma beleza única e deve ser aceita como é, mas não se deve chegar ao ponto de se deixar escravizar por isso. O envelhecer é nosso destino, viver feliz e com dignidade deve ser nossa meta.

Referências bibliográficas

BOHM, Camila Camacho. *Um peso, uma medida. O padrão de beleza feminina apresentado por três revistas brasileiras*. São Paulo: Uniban, 2004. 100p.

CURY, Augusto Jorge. *A ditadura da beleza e a revolução das mulheres*. Rio de Janeiro: Sextante, 2005. 120p.

Nayanne Nascimento. Disponível em: <http://prototipoperfeicao.blogspot.com.br/2015/05/o-padroao-de-beleza-imposto-pela-midia.html#f>

QUARTA PROPOSTA – ESTILO ENEM

Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **“ARMAR A POPULAÇÃO É O CAMINHO PARA COMBATER A VIOLÊNCIA?”**, apresentando proposta de intervenção social que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Com o Estatuto do Desarmamento na mira da bancada da bala, entidades da sociedade civil se mobilizam para evitar o que chamam de “retrocesso”. Uma comissão da Câmara dos Deputados vai analisar o projeto 3722/2012, que acaba com a lei que, segundo o Mapa da Violência 2015, é responsável por salvar milhares de vidas. O Instituto Sou da Paz, uma das entidades que militou pela aprovação do Estatuto em 2003, critica a superficialidade do debate acerca da segurança pública no país, e afirma que armar a população para combater a violência “fragiliza ainda mais o Estado e a Polícia”. Segundo Ivan Marques, diretor executivo do Instituto Sou da Paz, “os projetos que querem acabar com o Estatuto do Desarmamento acabam sendo justificados por um fator principal: a fragilidade das políticas públicas de segurança. A tese defendida é a de que o cidadão precisa estar armado porque o Estado não garante a segurança. Achar que o a população precisa se armar para garantir proteção para sua família e patrimônio, mostra que a polícia não serve para nada e que o Estado falhou. Você joga a questão da segurança, que deveria ser pública, na mão do cidadão. E isso é perigosíssimo. Hoje existe uma constatação de que vivemos um problema grave de segurança pública, mas arma não é a solução. Não cabe ao cidadão garantir a segurança das pessoas”.

Gil Alessi – jornal El País, 16/05/2015 (adaptado).

Note-se que a liberdade de escolha e o direito à autodefesa são pilares de uma sociedade livre e democrática. Não se trata de nenhum direito de matar, mas do direito de conservação da própria vida. Os que advogam pelo desarmamento dos cidadãos almejam que o cidadão fique completamente desguarnecido diante de criminosos que invadem suas residências. Os cidadãos não escolhem seus representantes para que estes suprimam sua liberdade de escolha. Posso perfeitamente pretender não ter nenhuma arma, mas isso não significa que o meu direito deva ser abolido.

A situação é tanto mais esdrúxula porque nada é feito no que diz respeito ao verdadeiro combate à criminalidade. Os bandidos continuam a ter livre acesso às armas de fogo. O mercado negro os supre muito bem. Por uma absurda inversão, o

problema passa a ser dos cidadãos, os que pagam impostos e deveriam ser protegidos contra qualquer violência. O Estado não consegue coibir a violência, seu dever primeiro, e nega a seus membros que o façam, negando-lhes qualquer direito a respeito. O cidadão fica à mercê dos criminosos. Pior ainda, os criminosos são ainda tratados com a máxima consideração pelos ditos representantes dos direitos humanos, enquanto suas vítimas são relegadas ao esquecimento.

Denis Rosenfield. É professor de filosofia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Publicou os livros: *Descartes e as peripécias da razão* (1996) e *Justiça, democracia e capitalismo* (2010), entre outros. Revista Época, 24/04/2015.

Entre 1993 e 2003 os homicídios com arma de fogo cresceram 7,8% ao ano, até atingir 36.115 mortes. Seguindo esta progressão, deveríamos ter registrado em 2012 – último ano com dados do Ministério da Saúde disponíveis – 71.118 vítimas fatais de disparos. “Mas foram registradas 40.077 mortes. Só nesse ano foram poupadas 31.041 vidas”, diz o relatório Mapa da Violência 2015, que conclui destacando a importância do “caráter preventivo das políticas de controle das armas de fogo no enfrentamento dos homicídios juvenis”.

Mas segundo o Mapa da Violência, o Estatuto do Desarmamento sozinho não basta para combater as mortes no país – que ocupa a 11ª posição no ranking dos mais violentos do mundo. “Falta ainda uma série de reformas necessárias, como a reforma do código penal, das instituições policiais e do sistema prisional”, diz o relatório. O texto aponta ainda que o “enfrentamento à impunidade” e às “transgressões institucionais de diversos organismos encarregados de fazer cumprir as leis” também é fundamental para a redução da violência. De cada treze pessoas mortas por dia em São Paulo no ano de 2014, duas foram vítimas da polícia.

Gil Alessi – jornal El País, 13/05/2015.

INSTRUÇÕES
▪ O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
▪ O texto definitivo deve ser escrito à tinta , na folha própria , em até 40 linhas .
▪ A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.
Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:
▪ Tiver menos de 20 linhas escritas, sendo considerada “insuficiente”.
▪ Fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo
▪ Apresentar desrespeito aos direitos humanos.
▪ Apresentar parte do texto deliberadamente desconectada com o tema proposto.

COLETÂNEA COMPLEMENTAR

ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA: "NÃO É TODO DIA QUE ELE VAI ATIRAR NO MARGINAL"

Autor do projeto de reforma do Estatuto do Desarmamento, o deputado federal defende o direito de cada pai de família usar 5400 balas por ano

Se o Facebook funciona como uma janela para as ideias das pessoas, no dia 20 de abril as ideias do engenheiro agrônomo **Rogério Peninha Mendonça**, deputado federal pelo PMDB de Santa Catarina, eram essas: "Desamparados pela lei dos homens. Amparados pela lei de Deus". Abaixo, a foto de um revólver em cima de uma Bíblia aberta, e os dizeres: "Se o ladrão for achado roubando e for morto, o que feriu não será culpado do sangue". Êxodo 22:2. Em outras palavras: bandido bom é bandido morto!". Cinco dias antes, a Câmara dos Deputados instalou uma comissão especial para avaliar o projeto de lei 3722/2012, de sua autoria. O PL3722 propõe, na prática, anular o **Estatuto do Desarmamento**, em vigor desde 2003, e facilitar o acesso às armas. Peninha se diz descrente na Justiça dos homens. "O Estado não é onipresente e não pode garantir a segurança", afirma. "Quero liberdade para o cidadão de bem poder se defender".

ÉPOCA – O que diz o seu projeto de reforma do Estatuto do Desarmamento?

Rogério Peninha Mendonça – O meu projeto de lei não é simplesmente dar uma arma para todo mundo quiser.

O candidato ao posse de armas continua obrigado a fazer um treinamento e passar por exames psicotécnicos para provar que não é doido, maluco nem tem problema nenhum. Não poderá ter antecedentes criminais ou estar sob investigação por

crimes violentos. As restrições continuam. O cerne do projeto é a acabar com a discricionariedade. Hoje, o cidadão que quer a posse de arma faz os exames, o curso de tiro e paga todas as taxas. E aí, o cara da Polícia Federal responsável por autorizar o porte vai lá e fala: "Não vou te dar arma, porque você tem cara de bandido". Isso vai acabar.

ÉPOCA – Por que o senhor considera necessário rever o Estatuto do Desarmamento?

Peninha – Em 2005, quando houve o referendo sobre a proibição da venda de armas no Brasil, 76% da população catari-nense votou pelo "Não". No Brasil, o "Não" teve 64% dos votos, foi a escolha de aproximadamente 60 milhões de eleitores. Em minha região, o Vale do Itajaí, em Santa Catarina, há a cobrança permanente para que isso seja modificado. Nós temos uma tradição muito grande de clubes de caça. É evidente que há os contrários à revisão, mas, o que vale, é que a grande maioria é a favor. Aqui na Câmara há levantamentos sobre a interação da população com os projetos. Desde 2012, meu projeto está entre os três de maior popularidade.

ÉPOCA – O senhor acha que a função do legislador é meramente levar adiante as demandas do público? Sendo assim, não seria mais conveniente ter plebiscitos para decidir qualquer questão, em vez de um Congresso?

Peninha – Evidentemente, nem tudo o que o povo quer é o certo. Muitas vezes, o povo escolhe um presidente ou uma pre-sidenta achando que é o melhor e depois se decepciona. Nós, os deputados, representamos a maioria da população. Ninguém quer armar ninguém, isso é um ponto importante. Quero o direito, a liberdade do cidadão de bem poder ter uma arma para se defender, já que o Estado não é onipresente e não pode garantir a segurança.

ÉPOCA – Para o senhor, o cidadão sozinho é capaz de se defender melhor do que o Estado?

Peninha – Se o estado tivesse condições, seria ótimo! Mas, infelizmente, não tem. Principalmente no Brasil! O cidadão que quiser, que estiver preparado, teria esse direito. O meu projeto de lei não elimina nenhuma das exigências para o cidadão ter uma arma.

ÉPOCA – O senhor defende o fim da exigência de renovar a concessão da arma de três em três anos?

Peninha – Sim. A arma estará registrada no Sistema Nacional de Armas, sem a necessidade de renovação. A própria polícia vai saber na mão de quem está aquela arma.

ÉPOCA – O senhor não acha que essa mudança levaria a um controle ainda menor do destino dessas armas?

Peninha – Se tu vender ou não quiser mais aquela arma, tu vai ter que comunicar o Sistema Nacional de Armas. Digamos que aconteça algum tipo de crime com essa arma roubada, no registro, sabemos com quem ela está. A pessoa que tem a arma e perdeu ou foi roubada, vai ter que comunicar. O fato de ela estar nas mãos dele não significa que ela não esteja sob o controle do estado.

ÉPOCA – O registro de um carro é renovado todo ano. Por que nunca renovar o registro de uma arma?

Peninha – A burocracia é muito elevada. Um agricultor lá no campo sabe onde está a sua arma, para que precisa levar para renovar o registro? Há uma burocracia exagerada. O estado sabe onde está aquela arma. Se ela for roubada ou qualquer coisa diferente acontecer, você vai ter que comunicar. É sua responsabilidade. Sobre essa questão de saber de onde a arma veio, eu digo o seguinte: não é arma na mão do cidadão de bem que comete o crime. A arma que comete o crime é a do bandido. O secretário de segurança do Rio de Janeiro disse, recentemente, que as armas que cometem os crimes são as armas de grande calibre, os rifles, fuzis. Essas armas nunca foram acessíveis ao cidadão comum.

ÉPOCA – O secretário Beltrame achar que o fuzil é o principal inimigo não o torna simpático à revisão do Estatuto do Desarmamento.

Peninha – É contraditório. Mas eu digo seguinte: no Brasil, 64% foram contra o desarmamento. Mas nós tivemos 36% a favor.

ÉPOCA – O senhor afirma que as armas dos criminosos não são compráveis nos mercado por um pai de família. São fuzis, armas muito mais poderosas. Faz sentido um pai de família ter um revólver calibre 38 para se defender de um fuzil?

Peninha – Faz sentido para o cidadão que sabe usar uma arma. Se ele tem uma arma, por si só, ele já vai afugentar o ladrão. Eu vi um vídeo, recentemente, de um posto de gasolina que havia sido assaltado várias vezes. O ladrão entrava e assaltava. Num determinado momento, o dono do posto se preparou, comprou uma arma e recebeu os ladrões com tiros. Ele já sabia usar uma arma. Ele protegeu seu patrimônio, sua vida. E o ladrão, além de ter levado um tiro, não voltará a assaltar esse posto de gasolina. Um exemplo que aconteceu numa propriedade rural: algumas pessoas foram roubar o trator do agricultor, ele ouvi o barulho de longe, deu uns tiros para cima e o ladrão foi embora sem o trator. No mesmo município, na mesma noite, roubaram o trator de um outro, que ligou para a polícia e não pode ser atendido. Quem não sabe usar uma arma, achar que não está

preparado ou tem medo, não compre! Mas quem estiver preparado e achar que a arma vai ajudar e trazer segurança para ele e sua família, que compre! A arma na mão do cidadão de bem não mata ninguém porque quem mata não é a arma, é a pessoa que está por trás da arma. A arma na mão do cidadão de bem defende a vida do cidadão.

ÉPOCA – Pesquisas mostram que, embora as pessoas que compram armas não estejam dispostas a usá-las para o crime, existe uma relação direta entre o número de armas compradas por civis e as armas que chegam às mãos dos criminosos. Ilegalmente, mas, ainda assim, chegam. O senhor conhece esse estudo?

Peninha – Olha, eu posso dizer o seguinte: em todos os levantamentos oficiais sobre o tema, comprova-se que, depois do desarmamento, a violência no Brasil aumentou. Os criminosos estão cada vez mais armados. E a comercialização de armas no Brasil diminuiu 90%. Se os argumentos dos desarmamentistas fossem válidos, a criminalidade também deveria ter diminuído. A taxa média de homicídio no Brasil, depois do Estatuto, aumentou de 26,4 para cada 100 mil habitantes para 26,8 para cada 100 mil pessoas.

ÉPOCA – O senhor menciona dados do Mapa da Violência. O autor do Mapa da Violência, Julio Jacobo Waiselfisz, também é contra a revisão do Estatuto do Desarmamento. Por que os principais especialistas em Segurança Pública do Brasil discordam do senhor?

Peninha – São determinados grupos. Nós temos, por exemplo, o Movimento Viva Brasil, favorável à mudança do Estatuto. O professor Fabricio Rebelo (bacharel em Direito, diretor do Viva Brasil e dono do site fabriciorebelo.com.br) é um dos grandes especialistas e é favorável. Há uma concorrência muito grande dos deputados para participar dessa comissão, porque eles têm conhecimento de que isso é bom. Ah, eles são financiados pelas indústrias de armas? Ao contrário! Eu, por exemplo, nunca recebi de ninguém. O relator não recebeu dinheiro da indústria armamentista. O presidente, eu não sei. Nós teremos opiniões contrárias, mas os próprios números da pesquisa do Mapa da Violência contestam os argumentos dessas pessoas.

ÉPOCA – Nos nove anos anteriores ao Estatuto, entre 1994 e 2003, a taxa de homicídios aumentou 21.4%. Nos nove anos posteriores ao Estatuto, de 2003 a 2012, o crescimento foi de 0,3%. O número absoluto de homicídios não caiu, mas se manteve no nível de 2003.

Peninha – Esses números também ajudam a minha argumentação. A circulação de armas caiu 90%, isso ninguém contesta. E mesmo assim a criminalidade aumentou 0,3%?

ÉPOCA – Contra um ritmo de crescimento anterior de 21%.

Peninha – Deveria diminuir! Se diminuiu 90% a venda de armas para o cidadão de bem e eram elas as responsáveis pela criminalidade, a taxa de homicídios deveria diminuir. Mas aumentou! Quem resolveu tirar as armas das mãos do cidadão de bem? Os bandidos continuaram cometendo crimes!

ÉPOCA – No seu projeto, o senhor estabelece o limite de quase 5400 munições por cidadão com porte de arma. Um pai de família teria uso para 15 balas por dia?

Peninha – Não são 15 balas por dia para atirar em bandido. Não é todo dia que ele vai atirar no marginal. Ele tem de se preparar, de treinar. Se você tirar carteira de motorista, só vai dirigir um quilômetro por mês? Aí, daqui a dez anos, como você vai estar dirigindo? Tem de treinar. É nesse sentido que a gente dispõe de uma quantidade de munição.

Marcelo Moura, revista Época – 24/04/2015.

QUINTA PROPOSTA – ESTILO VESTIBULARES TRADICIONAIS

INSTRUÇÕES

A prova de redação apresenta uma proposta de construção textual. Para produzir o seu texto, você deve desenvolver o gênero indicado abaixo:

A – Diário íntimo (pessoal)

B – Editorial

C – Carta argumentativa

O tema é único e deve ser desenvolvido segundo as orientações no final da prova. A fuga do tema ou cópia da coletânea anula a redação. A leitura da coletânea é obrigatória e sua utilização deve estar a serviço do seu texto. Independentemente do gênero escolhido, a redação **NÃO** deve ser assinada.

TEMA

A CULTURA DO JUNK FOOD – A SOCIEDADE É REFÉM DA MÁ ALIMENTAÇÃO?

Coletânea

Texto 1

Fast food, obesidade e colesterol

Para verificar os efeitos de uma dieta baseada em fast-food, o norte-americano Morgan Spurlock decidiu passar um mês se alimentando exclusivamente de hambúrgueres, batatas fritas e refrigerantes – de preferência com as maiores porções disponíveis no cardápio. O resultado foram 11 quilos a mais, aumento do colesterol e sintomas variados como náuseas e fraqueza. A gordurosa saga foi registrada em “Super size me – A dieta do palhaço” (2004), filme que divertiu ao mesmo tempo em que chocou plateias em todo o mundo.

Um estudo feito por pesquisadores de diversas instituições norte-americanas, publicado na revista médica “The Lancet”, mostra de forma categórica que tal dieta realmente faz mal à saúde.

Agência Fapesp, 04/01/2005.

Texto 2

Lei do fast-food

Depois de seis meses de queda de braço entre a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e a indústria de alimentos, a área jurídica do governo se prepara para dar “ganho de causa” ao setor privado.

Em junho, a agência baixou resolução determinando que a propaganda de refrigerantes e de alimentos com elevados índices de açúcar, sódio e gordura saturada ou trans trouxesse advertência sobre os riscos à saúde, em caso de consumo excessivo. As crianças eram o alvo da medida. A AGU (Advocacia-Geral da União), porém, tem pronto parecer final em que corrobora a visão da indústria de que a exigência só vale se o Congresso aprovar lei específica sobre o tema.

Folha de S. Paulo, 16 de janeiro de 2011.

Texto 3

Atualmente, observa-se que o homem tornou-se vítima do ritmo acelerado da vida moderna. É iludido com propagandas enganosas, rótulos atrativos e tornou-se um consumidor assíduo de uma alimentação prática de fast-foods e lanches prontos afastando-se cada vez mais dos alimentos naturais. Estes hábitos são perpetuados por suas gerações, e conseqüentemente as crianças passam a adquiri-los, muitas vezes por não terem suas refeições vigiadas pelas pessoas que se preocupam com uma educação alimentar adequada. Doces, frituras, guloseimas, refrigerantes, entre outros aguçam o desejo das crianças, as quais ainda não sabem alimentar-se de forma correta e acabam por abusarem de uma alimentação rica em carboidratos, gorduras, açúcares e sal, comprometendo a consolidação dos ossos e dentes, o crescimento físico e psíquico, a autoestima, tornando-se propensas a contraírem doenças, o que afeta diretamente a aprendizagem e o rendimento escolar.

Além da família, outra grande instituição responsável pela educação e formação humana é a escola, um lugar onde as crianças passam grande parte de seus dias. Esse é um fato que busca considerar a preocupação dos educadores e da escola para com a alimentação escolar. O sistema escolar, muitas vezes, comete grandes falhas, não só por deixar esse assunto de lado, mas também por oferecer guloseimas, frituras, refrigerantes e outros produtos artificiais nas próprias cantinas escolares, visando sempre o lucro e não a saúde das crianças. Os pais muitas vezes inconscientemente preferem dar dinheiro para a criança comprar o lanche que ela escolher, a preparar a merenda que a criança vai levar à escola. Isso acontece por vários motivos, como a falta de tempo dos pais, a sua acomodação pela eficiência e praticidade que esses produtos oferecem, um menor custo devido às promoções comerciais dos fast-foods e produtos industrializados induzindo ao consumismo, além de outros fatores como embalagens e brindes atrativos.

Alcione Navroski. Disponível em: http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNirev_Navroski.pdf

Texto 4

A Comida que Vicia

A comodidade proporcionada pelos alimentos industrializados tem debilitado nossa saúde física e até mental. Pesquisas demonstram que “junk foods” ou alimentos não saudáveis causam compulsão alimentar e podem até viciar.

Um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Scripps, na Flórida, e publicado pela revista Nature Neuroscience revelou que o mecanismo bioquímico que induz à compulsão por alimentos do tipo “junk food” é o mesmo que causa dependência por drogas.

Os pesquisadores dividiram ratos em três grupos, um recebeu uma dieta ilimitada e rica em calorias, gorduras e açúcares, o segundo foi alimentado com dieta não saudável mas restrita em quantidades e outro grupo recebeu uma dieta saudável.

Ao final de três anos concluiu-se que os ratos com dieta calórica tornaram-se rapidamente obesos e compulsivos. Os animais mesmo recebendo choques não deixaram de se alimentar compulsivamente e, o mais surpreendente, passaram fome por duas semanas quando foi oferecida uma dieta saudável em substituição aos “junk foods”.

Então a pergunta que fica no ar é: por quê? A indústria alimentícia está cada vez mais empenhada em criar alimentos saborosos que vendam muito e tragam lucratividade. Baseadas na “falta de tempo” para cozinhar, as empresas vêm lançando produtos cada vez mais práticos e de rápido preparo.

Elisangela Faria Cembrani – Nutricionista. Disponível em: <http://www.psicobela.com.br/site/wp-content/uploads/2011/01/Elisangela-Faria-Cembrani.pdf>

Texto 5

Aspectos favoráveis do fast-food

A rapidez do serviço, os horários de funcionamento e os preços econômicos, assim como a variedade de pratos e a ampla rede de estabelecimentos, são algumas das vantagens que levam cada vez mais pessoas a optar diariamente ou frequentemente por esse tipo de alimentação. Mas aquele que alguns chamam ironicamente de “fat-food”, devido ao seu valor calórico, é saudável? Ou sua má reputação tem base real? Para alguns especialistas, essa alimentação não é tão ruim, desde que em quantidade e frequência moderadas, não se torne um hábito, não substitua alimentos básicos e não vire o principal componente da dieta.

Agência EFE. Disponível em: <http://beleza.terra.com.br/homem/interna/0,,OI1120650-EI7726,00.html>

PROPOSTA A – DIÁRIO ÍNTIMO

O *diário íntimo* é um gênero do relato em que o autor registra acontecimentos cotidianos a partir de uma perspectiva pessoal, revelando vivências e sentimentos de um “eu” em face do mundo que o rodeia. O texto é escrito em primeira pessoa do singular, e a mobilização temporal está a serviço das reflexões acerca dos acontecimentos relatados. O diário íntimo pode apresentar-se como único interlocutor do texto, pois ele tem um tom de confiança, confissão, desabafo.

Imagine que você seja uma pessoa acostumada a comer junk food, considerando apetitoso esse tipo de comida. Depois de desenvolver problemas de saúde decorrentes desse tipo de alimento, começa a pensar se, na verdade, você é responsável por suas escolhas alimentares ou se se tornou escravo(a) da cultura disseminada do junk food. Relate em seu diário os acontecimentos recentes e as reflexões acerca desse problema.

PROPOSTA B – EDITORIAL

O *editorial* é um texto de natureza expositivo-argumentativa, por meio do qual os jornais e revistas expressam seu ponto de vista acerca de um tema polêmico, seja para fazer uma crítica, elogiar, sugerir mudanças ou estimular a reflexão. Sua finalidade é persuadir o leitor acerca do ponto de vista defendido, o que requer um trabalho consistente com os argumentos, construídos a partir de comparações, depoimentos de autoridades, dados estatísticos e/ou científicos, etc. Há o predomínio de uma linguagem mais impessoal, pois a opinião defendida é a do veículo de comunicação e não do autor do texto.

Produza um editorial para ser publicado em uma revista especializada em saúde e bem-estar a fim de analisar a questão da cultura disseminada do junk food na sociedade contemporânea. Desenvolva uma tese que se posicione com clareza diante da pergunta vista no tema. Para defendê-la, utilize argumentos sólidos e críticos.

PROPOSTA C – CARTA ARGUMENTATIVA

A carta argumentativa é um gênero discursivo em que o autor do texto dirige-se a um interlocutor específico com o objetivo de defender um ponto de vista e convencê-lo a mudar de opinião sobre alguma questão polêmica. Apresenta, de forma articulada, informações, fatos e argumentos que caracterizam claramente um ponto de vista sobre determinada questão. Geralmente, esse ponto de vista é diferente daquele defendido pelo interlocutor a quem a carta foi dirigida.

Diante das questões relativas ao tema “**A cultura do junk food – a sociedade é refém da má alimentação?**”, escreva uma carta argumentativa para o ministro da saúde, Arthur Chioro, posicionando-se a respeito da polêmica do junk food. Você deverá expor sua opinião, alertando-o se somos ou não reféns da má alimentação e sobre como o Ministério da Saúde deve atuar diante dos hábitos alimentares disseminados pela cultura do junk food. Cobre que essa autoridade tome medidas a fim de evitar as consequências negativas que esse tipo de alimentação pode causar no brasileiro.

SEXTA PROPOSTA – ESTILO VESTIBULARES TRADICIONAIS

INSTRUÇÕES

A prova de redação apresenta uma proposta de construção textual. Para produzir o seu texto, você deve desenvolver o gênero indicado abaixo:

A – Conto psicológico

B – Artigo de opinião

C – Carta pessoal

O tema é único e deve ser desenvolvido segundo as orientações no final da prova. A fuga do tema ou cópia da coletânea anula a redação. A leitura da coletânea é obrigatória e sua utilização deve estar a serviço do seu texto. Independentemente do gênero escolhido, a redação **NÃO** deve ser assinada.

TEMA

O SER CONTEMPORÂNEO – ESCRAVO DO TRABALHO E DO TEMPO LIVRE.

Coletânea

Texto 1

Sociedade capitalista, trabalho, tempo livre e lazer

Gomes (2004), em seu livro "Dicionário Crítico do Lazer", relaciona a existência de dois tipos de trabalho: o concreto ou útil, que é dirigido a um fim, e o trabalho abstrato ou intelectual, que é simplesmente um mero dispêndio de mão-de-obra. Esse último é um verdadeiro câncer/ epidemia causado pelo capitalismo. A modernidade e a tecnologia, ao invés de contribuírem com a qualidade de vida das pessoas, diminuindo seu tempo de trabalho, fazem com que o sujeito fique alienado à necessidade do salário, sendo que ele não possui ou nunca viu o próprio produto do seu trabalho. Esse trabalho é totalmente fragmentado e na maioria das vezes é contra a vontade e/ ou aptidões do sujeito, fazendo com que o trabalhador se torne ignorante e escravo dessa nova "natureza moderna".

Os prejuízos do tecnicismo podem ser identificados na tendência massificadora das formas de preenchimento do tempo excedente, exercida pelo mercado, impondo ao homem uma pseudonecessidade por produtos e serviços diversos, inclusive no que tange aos seus momentos de lazer. Centrados na cultura do trabalho e do consumo, o trabalhador está convencido de que o lazer deve ser a "recompensa pelo trabalho" e de que seu tempo livre deve ser preenchido por um produto de consumo capaz de lhe proporcionar prazer imediato, felicidade, satisfação de desejos e autorrealização.

Lazer na sociedade capitalista significa consumo e não descanso. Portanto, a forma do não trabalho é também necessária para o sistema capitalista, para a sociedade do consumo.

O maior exemplo de como lazer virou sinônimo de consumo são os shoppings centers, um espaço destinado a "proporcionar momentos de lazer e diversão para toda a família", onde a pessoa pode encontrar tudo o que procura: alimentação, diversão, produtos e serviços. O único problema é que essas opções apenas podem ser usufruídas por uma pequena parcela da população que possui condições financeiras de pagar pelos serviços e produtos oferecidos.

Tatiane Piucco. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/> Revista Digital – Buenos Aires – Año 10 – N° 89 – Outubro de 2005.

Texto 2

O Tempo

Sou o tempo que passa, que passa
Sem princípio, sem fim, sem medida
Vou levando a Ventura e a Desgraça,
Vou levando as vaidades da Vida.

A correr, de segundo em segundo
Vou formando os minutos que correm...
Formo as horas que passam no mundo,
Formo os anos que nascem e morrem.

Ninguém pode evitar os meus danos...
Vou correndo sereno e constante:
Desse modo, de cem em cem anos,
Formo um século e passo adiante.

Trabalhai, porque a vida é pequena
E não há para o tempo demora!
Não gasteis os minutos sem pena!
Não façais pouco caso das horas!

Texto 3

Tempo livre e as boas experiências de ócio

Tempo livre, uma convenção social, não é ócio, que é uma vivência interior. Mas é um contexto importante para que as experiências de ócio possam ser positivas, benéficas ao indivíduo, diz Manuel Cuenca Cabeza, catedrático de pedagogia da Universidade de Deusto, na Espanha, e fundador do Instituto de Estudos do Ócio. 'Não fazer nada, nem física, nem mentalmente, pode ter relação com o descanso e quiçá com o tempo livre. Mas em nenhum caso é ócio.' É possível praticar o ócio enquanto se trabalha, mas, 'habitualmente, essas experiências são breves e, por isso, tendem a ser mais superficiais.' Abaixo, trechos da entrevista.

Valor: As novas tecnologias de comunicação permitem a interseção de tempo de trabalho e tempo livre. Seria necessária uma separação ou o tempo livre intermitente é suficiente para a saúde mental?

Manuel Cuenca Cabeza: As novas tecnologias quebraram as barreiras do tempo e do espaço. As experiências de ócio podem fazer parte do tempo de trabalho com apenas o apertar do botão do mouse. Roberto Igarza [acadêmico argentino estudioso do consumo cultural] fala desse fenômeno e o denomina 'borbulhas de ócio'. Ele se refere ao fato de que qualquer jovem de hoje aproveita as pequenas pausas temporais ao longo do dia para desfrutar de experiências de ócio que os meios digitais modernos proporcionam: uma canção, um vídeo, a leitura de um livro, etc. Essa realidade indica que o ócio não depende do tempo social e sim da vontade pessoal. Ainda assim, o cultivo do ócio positivo, necessário para o desenvolvimento humano, requer um tempo especial, em que se possam viver experiências mais intensas. Daí a importância do tempo livre como âmbito de possibilidade das experiências do ócio.

Valor: São visíveis também iniciativas que trazem para o tempo de trabalho as atividades do tempo livre. Há academias para exercícios físicos, iniciativas culturais e espaços para sociabilidade. Por que isso ocorre hoje? Essas iniciativas podem compen-sar o tempo livre separado do tempo de trabalho?

Cuenca Cabeza: Há cada vez mais pesquisas e se conhece mais sobre o significado das experiências do ócio sobre os seres humanos. O exercício do ócio nos proporciona equilíbrio físico e emocional, o que é o mesmo que dizer que o ócio é uma experiência saudável e necessária. É bem conhecido que uma pessoa equilibrada e alegre tem um rendimento laboral superior. Essa poderia ser uma das razões que explicam como o ócio se introduziu no tempo de trabalho. Outra poderia ser, talvez, a de que o ócio moderno assumiu a função de dar sentido à vida. Trata-se de um sentimento imediato, de uma motivação ligada à satisfação que proporciona. Mas o certo é que, atualmente, é um valor social muito importante, e muito mais entre os jovens.

Valor: A psicanalista e escritora Maria Rita Kehl sugere haver atividades de tempo livre que adquirem características de trabalho, o ritmo do trabalho. As pessoas, mesmo em seu tempo livre, mantêm--se produtivas? Por exemplo, pondo fotos de cada minuto de uma festa no Facebook. Temos hoje um tempo livre mais produtivo e menos ocioso? E quais as consequências disso para a personalidade?

Cuenca Cabeza: É verdade, muitas pessoas têm seu tempo livre ocupado e calendarizado como o tempo de trabalho. Isso não significa que seu ócio seja de melhor qualidade. Muitas vezes, trata-se de um ócio de consumo, no qual o que predomina é a quantidade das atividades sobre a qualidade e a profundidade das vivências. De qualquer modo, é importante saber que não há regras gerais nas vivências do ócio. As experiências do ócio não estão em conflito com o esforço ou a produtividade. Em grande parte, as consequências do ócio dependem da preparação que a pessoa tem para esse tipo de experiência. Por isso, numa sociedade como a nossa, é muito necessária uma educação para o ócio. Seria algo muito positivo para o desenvolvimento das pessoas e da sociedade em geral.

Valor OnLine – 01/03/2013. Disponível em: <http://m.g1.globo.com/economia/noticia/2013/03/tempo-livre-e-as-boas-experiencias-de-ocio.html>

Texto 4

(...) Com o desenvolvimento do capitalismo, o tempo livre sofreu uma transformação, ficando ligado à produção e ao consumo. As pessoas são incentivadas a trabalhar para ganhar dinheiro e consumir. Ao analisar o consumo nas sociedades técnico-industrial-capitalistas, Edgard Morin diz que o homem consumidor "é um ser libidinoso, em relação ao pequeno-burguês do passado, sempre freado pela preocupação de economizar, pela moral, pela religião. Os grandes ferrolhos inibidores ainda subsistem, mas em toda parte o desejo de satisfazer os desejos infiltra-se na vida. O capitalismo é o grande agente da libertinagem moderna, conferindo maior importância, em primeiro lugar, ao lucro, em segundo, ao consumo, e, sem cessar, ao dinheiro" (MORIN, 1997, p. 174). Na miséria espiritual engendrada pelo capitalismo, as formas de nossa existência ficaram restritas à comida, bebida, sexo e entretenimento. Nesse sentido, o tempo livre é mais fatigante que o trabalho. A pessoa retorna de um "agito" ou de um espetáculo, tanto ou mais desgastada do que quando retorna de uma jornada de trabalho. Talvez seja por isso que o estresse seja a doença do nosso tempo.

Diante do tempo livre ficamos perplexos e não sabemos muito bem o que fazer com ele. Nesse sentido, o tempo livre deixa de ser livre, apenas ficamos desocupados ou nos ocupamos com algo imposto pela indústria cultural. Para o psicanalista Erich Fröm, "não sabemos como usar esse tempo livre, tentamos matar o tempo que economizamos ao trabalho e ficamos contentes quando termina mais um dia" (FRÖM, 1970, p. 19). O trabalho é cada vez mais desgastante e o tempo livre é algo sem sentido e vazio. Poucos são os momentos em que utilizamos o tempo livre para ouvir uma boa música, apreciar um concerto, ler um livro, ir ao teatro, ao cinema. Na maior parte do tempo ficamos em frente de uma televisão, que despeja toneladas de lixo cultural, induzindo-nos a consumir cada vez mais.

(...)

Ao refletir sobre a cultura de massas, Hannah Arendt afirma que "o problema relativamente novo da sociedade de massas talvez seja ainda mais grave, não devido às massas mesmas, mas porque tal sociedade é essencialmente uma sociedade de consumo em que as horas de lazer não são mais empregadas para o próprio aprimoramento ou para a aquisição de maior status social, porém para consumir cada vez mais e para entreter cada vez mais" (ARENDR, 1987, p. 264).

A indústria cultural e seu correlato à cultura de massas surgem, no capitalismo tardio, como expressão da racionalidade instrumental que a tudo transforma em mercadoria. A indústria cultural produz "bens culturais" como novelas, revistas, músicas, programações cuidadosamente planejadas para entreter e agradar o público. Diferente da cultura popular, em que o povo é produtor de cultura, na indústria cultural as massas são meras consumidoras. A vida fica aprisionada aos horários monótonos da programação cotidiana.

Mário Antônio da Silva é Mestre em Filosofia Social pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUCAMP. Professor de Filosofia e História na Rede Pública Estadual de Alta Floresta (MT).

Texto 5

Resenha (adaptada): O Preço do Amanhã (In Time)

País de origem: Estados Unidos.

Gênero: ação / ficção científica.

Tempo de duração: 101 minutos.

Ano de lançamento: 2011.

Elenco: Justin Timberlake, Amanda Seyfried, Cillian Murphy, Alex Pettyfer, Matt Bomer, Johnny Galecki.

Direção: Andrew Niccol.

O preço do amanhã trata das relações entre o Capital e o Trabalho, em que o Tempo é a moeda corrente. Trabalho de muitos, riqueza de poucos. Nesse mundo idealizado, as pessoas usam relógios digitais implantados sobre a pele que servem para calcular o tempo em sentido decrescente que cada um possui e serve de moeda de troca para aquisição de bens, serviços e a própria manutenção da vida. Sem tempo não há vida e, quando o relógio é zerado, a vida cessa automaticamente sem chances de retorno. É uma corrida contra o tempo para os assalariados e um passeio sem pressa para os que são afortunados pelo Tempo. Assim como na vida real, as pessoas percebem pelo modo de andar quem é quem: os pobres vivem correndo; os donos do Tempo, sem pressa alguma.

Durante o filme, algumas frases levam à reflexão: "os pobres morrem e os ricos não vivem", diz uma personagem. Os assalariados ficam sem perspectivas, vivendo o hoje para garantir o amanhã. Trabalham muito hoje para garantir o mínimo de mais um dia de sobrevivência. São todos sobreviventes, confinados em seus guetos, impedidos de atravessar a fronteira que os leva à Zona do Tempo, que cobra pedágio de um ano de vida a cada parada, sendo várias até chegar ao topo do poder e da riqueza. O que impede um simples mortal de chegar até lá, justamente pela falta de "tempo".

Até aí, alguma semelhança com fatos e pessoas do mundo real?

Trabalho

Saúde



dellaphotodub.com

Tempo literalmente é dinheiro nesse mundo futuro. Somente nesse mundo e nesse futuro? Um minuto de tempo equivale a uma ligação telefônica, descontado do relógio digital implantado no braço; um ano é igual a uma noite em uma suíte de hotel de luxo; 59 anos paga um valioso carro importado. A falsa eternidade é, pois, adquirida através da exploração do capital pelo trabalho. Logicamente que os abonados pelo Tempo não têm 59 anos seus para adquirir um carro luxuoso, mas sim a acumulação da mais valia, do que deveria ser pago de forma justa pelo trabalho semiescravo do trabalhador. Dessa acumulação indevida, de empresas que não cumprem leis trabalhistas, contando com a inércia da Justiça, é que se formam grandes fortunas.

Assim, já dizia ditado popular: "o trabalho enobrece o homem e enriquece o patrão". Brincadeiras à parte, o assunto é sério, e cada vez mais a distância entre mortais e imortais é calculada pelo Tempo/ Riqueza que uns e outros possuem ou não.

Na nossa Matrix Real, riqueza existe o suficiente no mundo, que, se compartilhada entre todos, daria uma vida digna a todos, sem pobres nem ricos. Estudos comprovam isso. Utopia? Para o modelo atual, calcado no petróleo, em armas, drogas e corrupção, é logicamente uma Utopia Selvagem... Praticamente impossível de ser revertida. Entretanto, recursos existem, o que não existe é a devida distribuição justa de renda, bem como a devida valorização do trabalho pelo capital... Desse modo, O preço do amanhã é um filme para trabalhar questões históricas, matemáticas, sociológicas, filosóficas de nossa época.

José Antonio Klaes Roig – educador, escritor e poeta. Disponível em: <http://educa-tube.blogspot.com.br/2012/02/o-preco-do-amanha.html>

Texto 6

Eu sei, mas não devia (fragmento)

(...)

A gente se acostuma a pagar por tudo o que deseja e o que necessita. A lutar para ganhar o dinheiro com que paga. E a ganhar menos do que precisa. E a fazer fila para pagar. E a pagar muito mais do que as coisas valem. E a saber que cada vez pagará mais. E a procurar mais trabalho, para ganhar mais dinheiro, para ter com que pagar nas filas em que se cobra.

(...)

A gente se acostuma a coisas demais, para não sofrer. Em doses pequenas, tentando não perceber, vai se afastando uma dor aqui, um ressentimento ali, uma revolta acolá. Se o cinema está cheio, a gente senta na primeira fila e torce um pouco o pescoço. Se a praia está contaminada, a gente só molha os pés e sua no resto do corpo. Se o trabalho está duro, a gente se consola pensando no fim de semana. E se no fim de semana não há muito o que fazer, a gente vai dormir cedo e ainda fica satisfeito porque tem sempre o sono atrasado.

A gente se acostuma para não ralar na aspereza, para preservar a pele. Se acostuma para evitar feridas, sangramentos, para esquivar-se da faca e da baioneta, para poupar o peito. A gente se acostuma para poupar a vida. Que aos poucos se gasta, e que de tanto se acostumar, se perde de si mesma.

Marina Colasanti.

PRIMEIRA PROPOSTA – CONTO PSICOLÓGICO

O conto psicológico é um gênero do discurso narrativo. Sua constituição formal é pouco extensa. Essa característica de síntese exige um número reduzido de personagens, esquema temporal e espacial econômico e um número limitado de ações. O narrador elabora o ponto de vista que sustenta a trama. O enredo estabelece um único conflito. No desenvolvimento do texto, o conflito poderá ou não ser solucionado. A presença do tempo e do espaço psicológicos é importante para constituir o universo interior da personagem, numa sondagem intimista que revele seus pensamentos, sentimentos e lembranças.

Imagine uma personagem que se submeta a um trabalho exaustivo e exploratório e, em decorrência desse conflito, passe a desejar, imaginar, sempre a chegada do dia de sua folga. Mostre que sentimentos e reflexões serão motivados em torno desse desejo que ela cria em sua cabeça, enquanto os dilemas de seu trabalho se agravam. Os desdobramentos do conto deverão revelar se a personagem se frustrará com o fato de o ócio em seus momentos de folga se revelar como um falso escape das atribuições cotidianas. Como ela encarará seu tempo livre diante desse contexto? Não se esqueça de dialogar com o tema central e a coletânea!

SEGUNDA PROPOSTA – ARTIGO DE OPINIÃO

O artigo de opinião é um gênero textual que possui o objetivo de convencer o leitor a aceitar uma ideia defendida pelo autor sobre uma questão polêmica. Portanto, ao escrever um artigo, o autor assume uma posição, defende-a com fatos e argumentos e dialoga com diferentes pontos de vista que circulam sobre a polêmica. No final, ele diz o que as pessoas podem fazer para ajudar e reafirma sua posição.

Sabendo disso, redija um artigo de opinião para ser publicado em uma revista de circulação nacional. Imagine que você seja um historiador ou um sociólogo, convidado a analisar a relação entre trabalho e tempo livre. Em seu texto, você deverá apresentar uma reflexão crítica sobre o tema: O ser contemporâneo – escravo do trabalho e do tempo livre. Lembre-se de que a sua argumentação deverá explorar as ideias apresentadas em alguns textos da coletânea. Apesar de ser um artigo de opinião, não assine o texto.

TERCEIRA PROPOSTA – CARTA PESSOAL

A carta pessoal é um gênero discursivo em que o autor se dirige a um interlocutor específico, com o qual pretende estabelecer uma comunicação à distância. Normalmente, ela é utilizada para comunicar a amigos ou familiares notícias ou assuntos de interesse comum, de forma mais longa e detalhada. Como texto de caráter pessoal, esse gênero deve ter o nível de formalidade da linguagem estabelecido em função do interlocutor para quem é dirigido, assim, quanto maior a intimidade entre os interlocutores, mais informal tende a ser a linguagem utilizada.

Suponha que você seja um profissional descontente por perceber sua “escravidão” ao trabalho e à indústria cultural que lhe induz a consumir determinadas atividades em seu tempo livre. Assim, você resolve escrever uma carta a um amigo para contar como anda seu dia a dia e desabafar sobre essas questões que estão lhe afligindo. Apesar de ser uma carta pessoal, não assine o texto. Por fim, não se esqueça de dialogar com o tema central e a coletânea!

SÉTIMA PROPOSTA – ESTILO VESTIBULARES TRADICIONAIS

INSTRUÇÕES

A prova de redação apresenta uma proposta de construção textual. Para produzir o seu texto, você deve desenvolver o gênero indicado abaixo:

A – Crônica

B – Dissertação argumentativa

C – Carta de leitor

O tema é único e deve ser desenvolvido segundo as orientações no final da prova. A fuga do tema ou cópia da coletânea anula a redação. A leitura da coletânea é obrigatória e sua utilização deve estar a serviço do seu texto. Independentemente do gênero escolhido, a redação **NÃO** deve ser assinada.

TEMA

**ZELO EXAGERADO VERSUS MAUS-TRATOS:
QUAL É O LIMITE PARA UMA RELAÇÃO SAUDÁVEL COM ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO?**

Coletânea

Texto 1

Os bichinhos de estimação nunca foram tão acolhidos, mimados, enfeitados, bem cuidados e desejados no Brasil quanto agora. Nunca mesmo: uma questão incluída na Pesquisa Nacional de Saúde parte de um levantamento inédito realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostrou que o número de cães nos lares brasileiros superou o de pequenos humanos: de cada 100 famílias no país, 44 criam cachorros, enquanto só 36 têm crianças. A pesquisa foi feita em 2013, mas o resultado do cruzamento dos dados saiu apenas na semana passada. Ele apontou a existência de 52 milhões de cães, contra 45 milhões de crianças de até 14 anos – uma situação que se assemelha à de países como o Japão (16 milhões de crianças, 22 milhões de animais de estimação) e os Estados Unidos (em 48 milhões de lares há cães; em 38 milhões há crianças). Nesses lugares, assim como no Brasil, o principal motivo para essa revolução dos bichos (bem mais amigável que a descrita pela rebelião metafórica de George Orwell) é de ordem demográfica.

Além de entreterem as famílias que têm filhos, os bichinhos são frequentemente a alternativa escolhida para preencher o vazio em lares com pouca gente – e esses lares têm se tornado cada vez mais numerosos. Isso porque, na maioria dos países desenvolvidos, as mulheres vêm tendo menos bebês, e, quando os têm, decidem fazê-lo mais tarde. Ao mesmo tempo, há o aumento da população idosa, cujos filhos já saíram de casa. Ninho e berço vazios reunidos, sobram espaço, tempo e dinheiro para os bebês de quatro patas.

Cecília Ritto e Bianca Alvarenga, revista Veja – 04/06/2015.

Texto 2

Em dias de sol, Flavio Jorge costuma ser visto de óculos escuros a bordo de uma scooter, na orla da Barra. Galanteador, ele conquista uma legião de fãs por onde passa. Narcisista, faz caras e bocas ostentando luvas de boxe. Festeiro, volta e meia acorda de ressaca e passa o dia esparramado na cama. Não faltam registros fotográficos do seu cotidiano, sempre acompanhados de padinhas (em inglês), no Instagram. Ele coleciona mais de 30 mil seguidores.

A vida de cão de Flavio Jorge, um shih tzu de 3 anos, chama a atenção não só de internautas mas também de grifes de coleiras e acessórios, que enviam mimos para sua casa a cada lançamento de coleção. Seu corte de cabelo é referência, a ponto de pet shops não cobrarem pelos serviços de banho e tosa em troca do crédito. A sua caixa de entrada (sim, ele possui Gmail) vive lotada de propostas de trabalho, principalmente de marcas de ração que desejam encomendar posts. Por mês, o pequeno cachorro de olhos esbugalhados e focinho achatado chega a faturar US\$ 500.

(...)

O veterinário Mauro Lantzman, professor do Departamento de Psicologia da PUC-SP, ressalta que a celebração não pode prejudicar o bem-estar do animal: "O cachorro ocupa um lugar importante na vida do homem há 14 mil anos, segundo registros arqueológicos. É uma relação intensa do ponto de vista afetivo. Mas é preciso cuidado. A humanização pode ser prejudicial ao animal".

Joana Dale, jornal O Globo – 21/06/2015.

Disponível em: <http://oglobo.globo.com/sociedade/eles-dao-patografos-sao-bajulados-por-grifes-caninas-tem-milhares-de-seguidores-na-web-16500387#ixzz3dhtclVum>

Texto 3**Italiana deixa fortuna para gato de estimação**

Uma italiana de 94 anos deixou sua fortuna de dez milhões de euros, cerca de 24 milhões de reais, para seu bichano de estimação.

O gato ficará sob os cuidados de sua enfermeira, que agora é responsável também pelas várias propriedades da idosa, que morreu há duas semanas.

(Jornal da Band, segunda-feira, 12 de dezembro de 2011)

Texto 4**Mãe é flagrada ensinando o filho a agredir filhote de poodle em Porto Alegre**

A mulher e a criança foram filmados, por um vizinho, chutando o cão no pátio de um apartamento

Uma mulher e o filho foram flagrados agredindo um filhote da raça poodle em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Em vídeo registrado no YouTube, o cão é chutado pela criança e pela mãe no pátio de um apartamento. A ocorrência foi registrada no sábado (11) e será analisada pela polícia.

Em determinado momento do vídeo a mulher ensina crueldades à criança. "Todos os cachorros, todos os bichos que tu vês na rua a gente não trata bem. A gente vai e bate. Escutou?", diz a mãe.

O subsíndico do prédio, Bruno Campelo, resgatou o cãozinho. Ele e o síndico – que é veterinário – levaram o animal para uma clínica, onde foi examinado e medicado. O filhote foi adotado pelo subsíndico, ganhando um novo nome, Rossi, e um novo lar.

Fonte: Da Redação Multimídia, jornal Gazetaonline – 13/05/2013. Disponível em:

http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2013/05/noticias/cidades/1439476-mae-e-flagrada-ensinando-o-filho-a-agredir-filhote-de-poodle-em-porto-alegre.html

Texto 5

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) informou nesta sexta-feira (19) que, por meio da Promotoria de Justiça junto ao 9º Juizado Especial Criminal da Capital, ofereceu, nesta quarta (17), denúncia contra o advogado Rafael Hermida, flagrado em vídeo agredindo os cães da ex-noiva. Rafael vai responder três vezes pelo crime de maus-tratos, com agravante de motivo fútil e por meio cruel. Se condenado, pode pegar até três anos de prisão.

De acordo com o promotor de Justiça Márcio Almeida Ribeiro da Silva, que subscreveu a denúncia, o agressor não compareceu à audiência para manifestar aceitação ou recusa da proposta de aplicação da pena imediata: prestação de serviços na seção de operação de cães da Coordenadoria de Recursos Especiais (Core) da Polícia Civil, incluindo limpeza dos canis e pagamento de R\$ 5 mil em ração e suprimentos para a unidade.

Portal de notícias G1, 19/06/2015. Disponível em:

<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/06/mprj-denuncia-advogado-suspeito-de-agredir-caes-da-ex-noiva.html>

Texto 6

“O erro da ética, até o momento, tem sido a crença de que só se deve aplicá-la em relação aos homens”.

Dr. Albert Schweitzer

Texto 7

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (29) projeto de lei endurecendo a punição por maus-tratos a cães e gatos.

O texto foi originalmente apresentado pelo deputado Ricardo Tripoli (PSDB-SP), antigo defensor dos direitos dos animais, e tem que passar ainda por votação no Senado.

O projeto estabelece pena que, em casos extremos, pode levar a uma condenação maior do que a mais branda que o Código Penal prevê hoje para a morte de pessoas.

Hoje a legislação pune os maus-tratos a animais com pena de detenção (em regime semiaberto ou aberto) de três meses a 1 ano –podendo chegar a 1 anos e quatro meses em caso de morte do animal.

O projeto aprovado pela Câmara eleva a detenção por matar cão ou gato para 1 a 3 anos. Eleva-se em um terço a pena se o crime é cometido "com emprego de veneno, fogo, asfixia, espancamento, arrastadura, tortura ou outro meio cruel".

A pena pode ainda ser dobrada caso se reúnam mais de duas pessoas para a prática do crime ou quando ele seja cometido pelo proprietário do animal.

Hoje o Código Penal prevê pena de reclusão (que pode ser cumprido em regime fechado) mínima de seis anos por homicídio simples. E a pena pode ser diminuída pelo juiz caso o crime seja "impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima".

Ranier Bragon, jornal Folha de São Paulo – 29/04/2015.

PRIMEIRA PROPOSTA – CRÔNICA

A crônica é um gênero discursivo no qual, com base na observação e no relato de fatos cotidianos, o autor manifesta sua perspectiva subjetiva, oferecendo uma interpretação que revela ao leitor algo que não é percebido pelo senso comum. Assim, o objetivo da crônica é discutir aquilo que parece invisível para a maioria das pessoas. Também, visa produzir humor ou levar à reflexão sobre a vida e os comportamentos humanos. A crônica pode apresentar elementos básicos da narrativa (fatos, personagens, tempo e lugar) e tem como uma de suas tendências tratar de acontecimentos marcantes para a sociedade.

Com base nessa informação, escreva uma crônica para ser publicada em uma revista semanal. Nela, o cronista deve narrar uma situação cotidiana que coloque em xeque a relação entre o ser humano e os animais de estimação. Valendo-se dessa situação, o cronista deve expor o tema, por meio da narração de fatos relativos a ele.

SEGUNDA PROPOSTA – DISSERTAÇÃO ARGUMENTATIVA

O texto dissertativo-argumentativo é um gênero do discurso argumentativo que tem a finalidade de expressar o ponto de vista do autor a respeito de um determinado tema. A validade da argumentação é evidenciada pelas justificativas de posições assumidas pelo autor ao apresentar informações e opiniões que se complementam ou se opõem. No texto, predominam sequências expositivo-argumentativas. Apesar de a opinião ser de quem escreve o texto, o gênero é impessoal.

Escreva um texto dissertativo-argumentativo para analisar as relações entre o ser humano e seus animais de estimação, defendendo seu ponto de vista sobre o tema solicitado nesta atividade. Selecione argumentos consistentes e críticos que persuadam o leitor de seu ponto de vista. Lembre-se de estruturar o gênero adequadamente, valendo-se de uma linguagem impessoal, objetiva e formal.

TERCEIRA PROPOSTA – CARTA DE LEITOR

De natureza persuasivo-argumentativa, a *carta de leitor* é um gênero discursivo no qual o leitor manifesta sua opinião sobre assuntos publicados em jornal ou revista, dirigindo-se ao editor ou ao autor da matéria publicada. O texto é caracterizado pela construção da imagem do interlocutor e por estratégias de convencimento. Por se tratar de um texto de caráter persuasivo, os argumentos do autor buscam convencer o destinatário a adotar o seu ponto de vista e acatar suas ideias.

Imagine que você tenha lido a reportagem de Cecília Ritto e Bianca Alvarenga, da revista Veja (texto 1 da coletânea). Escreva uma carta para os leitores da revista, defendendo sua opinião sobre a forma como o ser humano tem se relacionado com seus animais de estimação, colocando em questionamento os limites entre o zelo e os maus-tratos. Utilize argumentos bem justificados para persuadir os leitores da revista. Lembre-se: não identifique o remetente da carta.

OITAVA PROPOSTA – ESTILO VESTIBULARES TRADICIONAIS

Instruções

A prova de redação apresenta uma proposta de construção textual. Para produzir o seu texto, você deve desenvolver o gênero indicado abaixo:

A – Relato

B – Manifesto

C – Carta aberta

O tema é único e deve ser desenvolvido segundo as orientações no final da prova. A fuga do tema ou cópia da coletânea anula a redação. A leitura da coletânea é obrigatória e sua utilização deve estar a serviço do seu texto. Independentemente do gênero escolhido, a redação **NÃO** deve ser assinada.

Tema

CULTURA DA OSTENTAÇÃO – TENHO, LOGO EXISTO?

Coletânea

Texto 1

A sociedade do espetáculo

João Francisco Neto

Em 1967, o filósofo francês Guy Debord publicou uma obra, cujos reflexos se irradiam até os nossos dias: “A Sociedade do Espetáculo”. Debord, nascido em Paris em 1931, foi praticamente um autodidata e nunca chegou a concluir nenhuma faculdade; mas, ainda assim, foi escritor, filósofo, diretor de cinema e agitador político. As suas ideias tiveram uma enorme repercussão e influência nos acontecimentos de maio de 1968, que envolveram milhões de jovens, pelo mundo todo. Debord, estudioso do marxismo, era um crítico feroz da estrutura da sociedade capitalista de seu tempo. Utilizando-se das categorias da teoria marxista, Debord observou as relações sociais e constatou que tinha havido uma degradação do “ser”, que passara a dar lugar ao “ter”. Para os indivíduos seria muito mais importante, então, “ter” alguma coisa do que “ser” alguma coisa.

Indo mais além, Debord considerava também que, na emergente sociedade do espetáculo, nem era (e ainda não é) tão importante assim o ter; o que contava mesmo era parecer, num crescente processo de sobrevalorização da forma sobre o conteúdo. Numa das proposições contidas em seu livro, Debord formula uma espécie de “resumo” do perfil da sociedade moderna:

“A sociedade capitalista se apresenta como sociedade do espetáculo. Importa mais do que tudo a imagem, a aparência, a exibição. A ostentação do consumo vale mais que o próprio consumo. O reino do capital fictício atinge o máximo de amplitude ao exigir que a vida se torne ficção de vida. A alienação do ser toma o lugar do próprio ser. A aparência se impõe por cima da existência. Parecer é mais importante do que ser”.

Veja-se que o livro (A Sociedade do Espetáculo), embora escrito nos anos 1960, é de uma atualidade gritante; daí a importância de sua leitura, nessa verdadeira era da representação, em que seres humanos, alienados pela cultura do consumo sem limites, dão mais valor à aparência do que à autenticidade das pessoas. Nesse contexto, as relações mercantis predominam sobre as relações humanas. Levado ao extremo, esse processo acaba transformando o próprio indivíduo numa mercadoria (a reificação). Marx já chamava a atenção para o fenômeno que ele denominava de o “fetichismo da mercadoria”, quando as pessoas se entregam compulsivamente ao consumo descontrolado de todo tipo de produtos, a ponto de perderem a sua consciência de classe.

João Francisco Neto é doutor em Direito Econômico, Financeiro e Tributário pela Faculdade de Direito da USP – 17/02/2014.

Disponível em: <http://blogdoafrr.com/articulas/joao-francisco-neto/a-sociedade-do-espetaculo/>

TEXTO 2

O consumidor (da cultura ostentação) como herói da modernidade

Em pleno fervor do liberalismo e da produção desenfreada, os problemas sociais se afloram e as possibilidades de erigir uma sociedade mais justa e igualitária se esvaem. Entretanto, um novo ideal de pertencimento e representação surge em meio ao caos urbano e à crise de identidade, o consumo. Apresentado ao cidadão comum, comedido de outrora, o consumo chega como a porta de entrada no mundo das possibilidades. Coloca-se como representante legítimo do levante social e econômico. Esta nova cultura do hiperconsumo evoca uma ideologia perigosa e prejudicial para a humanidade, pois condiciona seus pensamentos e comportamentos das mais variadas formas possíveis às necessidades e objetivos do capitalismo.

Como explicou Pirre Bourdieu, “é enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra”.

Dentro desse cenário do hiperconsumo, nessa realidade alternativa (mas possivelmente realizável), surge um novo movimento dentro do universo da música popular nacional. Esta vertente conhecida por seus criadores e adeptos como Funk “Ostentação” exacerba os valores do capitalismo, massificando o individualismo e tornando-o o cerne da realização pessoal. Essa categoria exalta e enfatiza o consumo ostensivo, o gozo irrefreável. Esses novos consumidores vangloriam-se das condições materiais que outrora não gozavam e extrapolam na utilização de significantes para afirmar sua nova posição. Em seus discursos, estão todos “*Com mansão à beira mar/ Na praia de Guarujá; Porsche cayene (e) 1100 pra cilindrar*”. Para esses novos hiperconsumidores, o dinheiro tem um papel fundamental no gigantesco universo das possibilidades; suas letras evidenciam as possibilidades (e a forma) de fugir das dificuldades e problemas do cotidiano. Como bem afirma Menor do Chapa, o “*Dinheiro traz fartura/ E ameniza o sofrimento*”.

Os adeptos dessa nova cultura estão sempre “*naquele pique/ tipo top sem limite/ Com várias de 100 no bolso/ curtindo só a área vip*”. Essa realidade, essa cultura do “*Yes we can*”, ou, como alguns especialistas da teoria do consumo nomeiam, “*os sem limites*”, massificou a ideologia do mercado de consumo de produtos e a lógica do Capital. Na ilusão de que produtos e serviços possam trazer a felicidade e a realização pessoal, ou melhor, de que esses produtos e serviços são a personificação da realização pessoal e a felicidade (vide o Rei do Camarote), a maioria desses indivíduos acabam por serem domados, tornam-se dóceis e creem no conto de fadas da Indústria. Dito de outro modo, permitem que o Capital (e todo o sistema composto por este) se tranquilize, pois, enquanto houver alguns milhares que consomem, outros centenas de milhões perecerão à margem e às custas do gozo alheio. O produto, a mercadoria para esses novos hiperconsumidores criam vida própria. Como bem afirmou Marilena Chauí, “a mercadoria passa a ter vida própria, indo da fábrica à loja, da loja à casa, como se caminhasse sobre seus próprios pés”. Todos exaltam e buscam a famosa “*vida nível A*”. *Ser cidadão, hoje, é ser consumidor*. O Capital, infelizmente, conseguiu inculcar no imaginário das pessoas que o único meio de se conseguir prestígio e reconhecimento social é pela via do consumo, ou seja, tornar-se consumidor. Essa esquizofrenia tornou todas as pessoas fantoches desse sistema simbólico de reconhecimento e valorização (...).

Nesse ciclo de sociabilidade descartável todos precisam “*renascer das cinzas*”, para não desaguarem no limbo do esquecimento. A lógica de Mercado e o sistema do Capital implodiram no imaginário social suas leis e regras de condicionamento de modo que o grau de vigilância hoje (ou seja, o quanto você consome e pode ostentar) é o mais agressivo da história.

Fernando Morgato, Revista Vaidapé – 05/11/2013.

TEXTO 3

'Ostentação' mudou a vida dos funkeiros

Expoentes do funk ostentação deixaram para trás a vida humilde das periferias para entrar de cabeça no mundo do luxo. Compraram carros, casas e ostentam joias.

"Minha vida mudou drasticamente desde que comecei a cantar funk. Não tinha nada, hoje tenho boa parte do que eu quero: carro, casa e tudo mais", diz MC Kelvinho, 18.

Os "rolezeiros" são inspirados pelo funk. Sonham, por exemplo, com o sucesso de MC Guimê, um dos mais aclamados do estilo ostentação.

"Todo mundo quer gastar e ter o que antes não tinha. Isso é um sonho para muitos pequenos artistas, mas já é a realidade para alguns", diz outro MC, o Bio G3.

André Luiz Pimentel, o MC Danado, também "mudou de vida" com o estilo ostentação. Sua música "Top do Momento" também é comum nos celulares dos jovens.

"Que bom que eles estão cantando funk ostentação, que a gente quebrou o preconceito com as letras. Agora, a bagunça é que eu acho que não tem necessidade", afirma sobre os "rolezinhos".

MC Kelvinho sabe da influência que sua música tem sobre esses jovens. "A gente também tem que servir de inspiração para essa molecada, para que surjam novos MCs e que eles consigam o que a gente conseguiu."

Anseios de consumo – como o óculos modelo Juliete e os tênis de R\$ 1.000 citados nas músicas – são usados como chamariz para, segundo os jovens, garantir sucesso num dos objetivos do "rolezinho": beijar na boca.

Giba Bergamim Júnior e Giuliana Vallone.
Jornal Folha de São Paulo – 26/01/2014.

TEXTO 4**Filho de político do RN aparece em vídeo rasgando dinheiro**

O final de semana foi bastante movimentado nas redes sociais graças a um filho de um político da cidade de Parnamirim/RN. Ele aparece em diversos vídeos e fotos exibindo grande quantidade de dinheiro, referindo-se com desprezo e fazendo pouco caso dos que não têm.

Eni Augusto de Carvalho Lima é filho do ex-vice-prefeito de Parnamirim, Epifânio Bezerra, e da atual vice-prefeita de Várzea, Cleide de Carvalho da Silva Lima.

Em um dos vídeos, o jovem chega a rasgar uma nota de R\$ 100 (cem reais), a de maior valor existente na economia brasileira.

Ele parece não se importar com o fato de estar cometendo um crime. De acordo com o artigo 163, parágrafo único, inciso III do Código Penal Brasileiro, é considerado dano qualificado o ato de “destruir, inutilizar ou deteriorar” o “patrimônio da União, Estado, Município, empresa concessionária de serviços públicos ou sociedade de economia mista”.

A pena para esse tipo de crime pode ir de seis meses a três anos de cadeia e inclui multa.

Informações: O Jornal de Hoje.
18/04/2014.

PRIMEIRA PROPOSTA – RELATO PESSOAL

O relato pessoal é um texto no qual são expostas experiências vividas, episódios marcantes da vida de alguém, normalmente de quem o escreve. Nele são apresentadas as informações básicas (os fatos) referentes a um acontecimento específico. O principal objetivo do relato é informar o leitor, reconstruindo uma sequência de acontecimentos pessoais. Por esse motivo, são focalizadas as ações. Apresenta tempo e espaço bem marcados. Os fatos relatados se situam geralmente no passado.

Imagine que você seja Eni Augusto de Carvalho Lima, o filho de políticos do Rio Grande do Norte, o qual foi acusado de rasgar dinheiro. Diante da polêmica e da repercussão do caso, você resolva relatar histórias de sua vida que demonstrem como vive e por que gosta de ostentar sua riqueza para os outros. Conte histórias de viagens, festas ou outras situações em que a ostentação tenha sido praticada. As ações expostas em seu texto devem demonstrar um diálogo com o tema, a fim de esclarecer por que Eni Augusto agiria dessa forma. Lembre-se de utilizar o narrador-personagem.

SEGUNDA PROPOSTA – MANIFESTO

O *manifesto* é um gênero utilizado para declarar publicamente razões que justifiquem certos atos ou em que se fundamentem certos direitos. Com o objetivo de impactar a opinião pública, esse gênero apresenta tanto características expositivo-argumentativas, visando ao convencimento, quanto características persuasivas de apelo emocional, acentuando uma polêmica já existente.

Imagine que você seja representante de um grupo de estudantes universitários que repudia a cultura da ostentação e defende a vivência de uma vida mais simples e menos consumista. Por causa disso, o grupo decide protestar contra aquela cultura; assim, você ficou responsável pela redação de um manifesto de repúdio à difusão da cultura da ostentação no ambiente universitário e na sociedade como um todo. Desenvolva, neste manifesto, argumentos e contra-argumentos que validem a posição assumida pelo grupo o qual você representa.

TERCEIRA PROPOSTA – CARTA ABERTA

O gênero carta aberta manifesta publicamente, via meios de comunicação de massa, a opinião de um grupo de pessoas a respeito de um problema. A intenção é persuadir o interlocutor a tomar consciência do problema e se mobilizar para solucioná-lo. O texto denuncia e analisa os fatos, sugere e reivindica ações resolutivas. A construção da imagem do interlocutor e estratégias de convencimento determinam a predominância no texto de aspectos de natureza expositivo-argumentativa.

Em nome de uma organização não governamental, preocupada com o consumismo e a ostentação difundidos na sociedade, redija uma carta aberta a um dos funkeiros citados no texto três da coletânea, alertando-o sobre o problema visto no tema desta prova. Exponha fatos que comprovem a relação entre o capitalismo, o consumismo e a ostentação na sociedade contemporânea, deixando explícita sua opinião sobre o assunto. Utilize bons argumentos que o convençam sobre o ponto de vista defendido na carta e sobre a necessidade de ele mudar a forma de comportar-se quanto à ostentação e à influência que ele acaba exercendo sobre seus fãs.

A350°

